



**Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História
Licenciatura Plena em História**

Igor Cordeiro de Melo

**MORTE, RITUAIS FÚNEBRES E EPIDEMIAS: as implicações na criação do
cemitério público do Recife (1850-1860)**

Recife
2019



MORTE, RITUAIS FÚNEBRES E EPIDEMIAS: as implicações na criação do cemitério público do Recife (1850-1860)

Trabalho de conclusão do curso graduação em Licenciatura Plena em História apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II e obtenção do Título de Licenciado em História, ministrada pela. Prof.^a Dra. Rozélia Bezerra.

Orientadora: Prof^a. Ms. Élcia de Torres Bandeira

Recife

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

M528m Melo, Igor Cordeiro de
Morte, rituais fúnebres e epidemias: as implicações na
criação do cemitério público do Recife (1850-1860) / Igor
Cordeiro de Melo. – 2019.
63 f.

Orientadora: Élcia de Torres Bandeira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de
História, Recife, BR-PE, 2019.
Inclui referências.

1. Cemitérios - Recife (PE) - História 2. Morte 3. Epidemias
4. Ritos e cerimônias fúnebres 5. Cultura I. Bandeira, Élcia de
Torres, orient. II. Título

CDD 981.34



**TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC NO CURSO DE LICENCIATURA EM
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDE PERNAMBUCO.**

Igor Cordeiro de Melo

**MORTE, RITUAIS FÚNEBRES E EPIDEMIAS: as implicações na criação do
cemitério público do Recife (1850-1860)**

Monografia aprovada com nota _____ como requisito para conclusão da
disciplina **TCC II**, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: _____ Nota: _____

Profa. Ms^a Élcia de Torres Bandeira

Curso: Licenciatura Plena em História; Departamento de História; Universidade
Federal Rural de Pernambuco.

Membro1: _____ Nota: _____

Prof. Dr. Victor Hugo Abril

Departamento de História; Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Membro 2: _____ Nota: _____

Prof.^a Dra. Rozélia Bezerra

Departamento de História; Universidade Federal Rural de Pernambuco

Média das notas	
-----------------	--

Recife, 29 de Janeiro de 2019.

À GRES Mocidade Independente de Padre Miguel-
Hexacampeã do carnaval do Rio de Janeiro e ao Clube
Náutico Capibaribe- Hexacampeão Pernambucano.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores do curso de História da UFRPE que direta ou indiretamente ajudaram a construir este trabalho e contribuíram com minha formação acadêmica. Em especial à professora Élcia de Torres Bandeira pela paciência no processo de orientação e escrita e por dispensar seu tempo precioso na correção deste trabalho.

Ao PET Letramentos/UFRPE por pela gentileza e confiança em disponibilizar os computadores para a pesquisa e escrita inicial deste trabalho.

Aos amigos Gildete Pereira, Wilson Belfort, e Eudíce Barbosa pelo companheirismo e amizade e pelas calorosas discussões sobre diversos temas.

Novamente, à Wilson Belfort pela tradução do resumo deste trabalho e Eduardo Felinto Santiago, pela ajuda teórico-metodológica em meus momentos de apertados no decorrer deste curso de licenciatura, imensa gratidão.

Aos inesquecíveis professores Luis Manoel Domingues (História Antiga) e Ronaldo Maia (Introdução à Filosofia) - *in memoriam*.

Por fim, às minhas duas mães, Maria Solange da Conceição e Dinamérica Rocha da Silva pelo carinho e amor dispensado bem como pela compreensão e paciência nos momentos em que precisei me ausentar para realizar as atividades acadêmicas.

[...] Na vida, o olhar da opinião, o contraste de interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência; e o melhor da obrigação é quando, a força de embaçar os outros, embaça-se um homem a si mesmo, porque em tal caso poupa-se o vexame, que é uma sensação penosa e a hipocrisia, que é um vício hediondo. Mas na morte, que diferença! Que desabafo! Que liberdade! Como a gente pode sacudir a capa, deitar ao fosso as lantejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser. Porque, em suma, já não há vizinhos, nem amigos, nem inimigos, nem conhecidos, nem estranhos; não há plateia. O olhar da opinião, esse olhar agudo e judicial, perde a virtude, logo que pisamos o território da morte; não digo que ele se estenda para cá [...]. Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados.

(ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**- Ciranda Cultural Editora e Distribuidora, 1ª. ed.: São Paulo-SP, 2007. Capítulo XXIV; Pag. 44-45.)

RESUMO

Este trabalho analisa historicamente as atitudes de diversas sociedades ocidentais diante da morte e das epidemias, para apresentar as mudanças e permanências destas atitudes na concepção do cemitério extramuro na cidade do Recife. Relaciona a concepção deste espaço à influência europeia na adoção de medidas de reordenamento urbanístico e medidas profiláticas do meio social, alterando a relação dos diversos atores sociais com a religiosidade em suas práticas e ritos fúnebres na segunda metade do século XIX.

As práticas fúnebres do Recife oitocentista e sua relação com a finitude da vida sofrem influências de diversas sociedades em períodos históricos distintos. A proposta deste trabalho é apresentar uma revisão historiográfica sobre o tema acompanhando a partir da Idade Média até o século XIX as formas de abordagem da morte, dos ritos fúnebres e das epidemias e os debates suscitados em torno destas questões, procurando apresentar medos e problemas por elas provocados nas sociedades, as transformações e as resistências às mudanças e as soluções apontadas dentro de um modelo higienista no século XIX no Recife. Apoia-se no suporte teórico oferecido por Phillipe Arriès e Jacques Le Goff, renomados estudiosos do tema.

Socialmente, a morte se apresenta estranha e inconveniente. Nos diversos períodos históricos questionou-se a finitude da vida, mas esta incógnita não impediu que os indivíduos apresentassem as mais distintas explicações, segundo seu tempo histórico, utilizando suas interações socioculturais e a percepção do mundo à sua volta. A presença cotidiana da morte revela sua importância para que possamos conviver com ela sem tantos medos, cientes das providências que podem posterga-la em sociedades que primem pela preocupação e pelas ações com medidas higienistas que garantam a melhoria da qualidade de vida da população. Estas providências remodelaram os ritos de morte no Recife nos oitocentos, deslocando as inumações para o cemitério público do Recife apontando para a relevância deste trabalho.

Palavras-chave: Cemitérios (Recife-PE)- História, morte, epidemias, funeral, ritos e cerimônias, cultura.

ABSTRACT

This paper aims to assess historically the attitudes of several western societies on facing death and epidemics, in order to present the changes and continuities of these attitudes on the conception of the off-wall cemetery in Recife city. It relates the conception of this space to the European influence in taking prophylactic measures on the social sphere as well as measures of urban reorganization, changing the relationship of the social actors and religiosity in their practices and funeral rituals in the second half of the nineteenth-century.

In the 1800's, the funeral practices in Recife and their relation to life's finitude are influenced by different societies in different historical periods. The purpose of this work is to present a historiographical review of the theme, following, from the Middle Ages to the nineteenth-century, the approaches to death, funeral rituals and epidemics along with the suggested debates about these issues, trying to present fears and problems induced by them in to the societies, the transformations and resistances to changes and the solutions pointed, with in a hygienist model in the nineteenth-century Recife. It is based on the theoretical support offered by Phillipe Arriès and Jacques Le Goff, renowned writers of this subject.

Socially, death presents itself strangely and inconveniently. In the various historical periods the finitude of life has been questioned, but this unknown did not prevent individuals from presenting the most varied array of explanations, according to their historical age, using their socio-cultural interactions and the perception of the world around them. The daily presence of death reveals its importance so that we can live with it without so many fears, being aware of the measures able to delay it that exist in societies excelling on the concerns and actions of hygienic matters that guarantee the improvement of the population's quality of life. These measures reshaped the death rites in Recife in the eighteenth-hundreds, shifting the burials to the public cemetery of Recife, pointing out the relevance of this work.

Key Words: Cemiteries (Recife-PE)- Story, death ; epidemics; funeral rites and ceremonies; culture.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- O DEBATE: AMORTE, O MORRER E OS RITUAIS	15
CAPÍTULO 2- À BEIRA DO FIM... FIM DO QUÊ MESMO?	25
2.1- O (RE)NASCIMENTO DE UMA CONCEPÇÃO DE TRATAMENTO DESTINADO AOS MORTOS: ATITUDES DIANTE DA MORTE	25
2.2- A IGREJA E AS PRÁTICAS CEMITERIAIS NO BRASIL COLÔNIA	28
2.3- A HIERARQUIZAÇÃO DA MORTE NO SÉCULO XIX	30
2.4- O CUIDADO COM OS MORTOS- TRADIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	33
CAPÍTULO 3- AS EPIDEMIAS PROVOCAM O REMODELAMENTO DO ESPAÇO URBANO RECIFENSE: SURGE O CEMITÉRIO PÚBLICO.....	36
3.1- AS PRÁTICAS MÉDICAS E SUAS REPERCUSSÕES NO ESPAÇO URBANO	36
3.2- O RECIFE DO SÉCULO XIX E SEUS PROBLEMAS	39
3.3- A SOCIEDADE DA LIMPEZA: A CRIAÇÃO DO CEMITÉRIO DO BOM JESUS DA REDENÇÃO	43
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a morte como objeto e historiciza os aspectos socioculturais presentes em diversas sociedades ocidentais relacionados ao tema a partir de uma discussão historiográfica, como as doenças, os medos, os ritos e os cerimoniais e a criação dos espaços cemiteriais. Analisa, historicamente, os diversos eventos que antecedem a concepção do cemitério público recifense, denominado Bom Jesus da Redenção, hoje popularmente conhecido como Cemitério de Santo Amaro, inaugurado em 1851, em uma perspectiva sanitarista e procura estabelecer relação entre a concepção deste espaço aos costumes e práticas sociais recifenses com a doença, a morte, o cuidado com o morto, os ritos e cerimônias, observados na segunda metade do século XIX na cidade do Recife. A discussão perpassa a conjunção dos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e religiosos inseridos no seio da sociedade recifense oitocentista entre os anos de 1850-1860.

Na discussão sobre os aspectos que contribuíram para as mudanças de atitudes com os aspectos relacionados ao objeto de estudo deste trabalho alegamos a influência religiosa e o remodelamento urbano que intencionavam o disciplinamento do meio urbano em conjunto com propostas higiênico-sanitárias que visavam a prevenir as epidemias e provocaram a sutil, mas gradativa, mudança de mentalidade no meio social e sua relação com os mortos e as práticas fúnebres. Dentre as diversas alterações percebidas no espaço urbano recifense e a adoção de modos e costumes civilizados, surge a proposta da criação de um cemitério fora do perímetro urbano e ao ar livre, objetivando com esta medida, eliminar o costume pouco saudável dos enterros nos templos e seus arredores prevenindo as enfermidades causadas pelo ar carregado de miasmas.

O presente estudo verifica a relação da sociedade em seus diversos segmentos com a morte e suas variadas representações no período proposto, bem como os aspectos sociais e religiosos envolvidos na concepção do novo espaço cemiterial, fundamentado teoricamente com Philippe Ariès e Jacques Le Goff.

Embora o assunto não seja exatamente uma novidade, ainda é pouco conhecido e há uma lacuna enorme, especialmente quando nos referimos à

abordagem sociohistórica envolvida na concepção do cemitério público recifense.

As questões propostas no presente trabalho buscam elucidar alguns questionamentos que são pertinentes ao tema, são eles: a implicação histórica e as relações das diversas sociedades com a finitude e as doenças; a reação social e a religiosa ante à proposta de modificação, não apenas do espaço destinado às inumações, mas de costumes; a influência europeia na construção das normativas e regulamentações do meio urbano e suas respectivas aplicações que colaboram na formulação do projeto do novo cemitério público na cidade do Recife. Destacamos quais foram as mudanças e quais foram as permanências dentro deste novo modelo cemiterial apresentado.

As atitudes diante da morte¹, mesmo variando conforme o nível social e o cultural em que o falecido estava inserido, tinham algo em comum a todos os indivíduos: o desejo de conseguirem um bom local dentro dos templos católicos. E não havia bons espaços para todos nestes ambientes.

As mudanças dos locais de sepultamentos para locais distantes do meio urbano são fruto de um processo histórico de contestação sobre os prejuízos destes locais e a finalidade dos templos e estão diretamente relacionadas com o advento das legislações sanitárias concebidas sob influência do modelo sanitarista europeu do século XIX. Em fins do século XVII, circulou um pequeno livro (um manual, na verdade) escrito por Silva Teles (1800, p.2), tipografado na cidade de Lisboa, Portugal, e que possivelmente também circulou pelo Brasil Colônia, onde este critica esta prática. Neste livro dedicado à “Sua Alteza Real”, ele escreveu:

[...] não sei porque fatalidade fazemos com a sepultura dos cadáveres, que os santos Edifícios em vez de serem attractivos puros, e saudáveis, sejam pavorosos, impuros, e a origem de inumeráveis doenças; e que os fieis em lugar de concorrerem a elles cheios de amor, e reverencia seguros de sua pureza, e salubridade, vão somente obrigados do seu dever, e sempre receosos do perigo da saúde, por não serem victimas da devoção, como desgraçadamente se vê todos os dias.

¹Sobre as diversas atitudes sociais e culturais e religiosas com a morte, o morto e o morrer, sobretudo na Antiguidade Clássica, é interessante consultar SOARES, Carmem Isabel Leal. **A Morte em Heródoto: valores universais e particularismos étnicos**. Edição: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia- Impressão e acabamento: Imprensa de Coimbra, Lda. Distribuição Dinalivro, 2003, 544 pag.

Havia urgente necessidade de compreender como determinadas moléstias endêmicas e/ou epidêmicas, tais como a febre amarela e o cólera *morbus* que, inadvertidamente, surgiam entre a população e se disseminavam provocando pavor social dado o alto índice de mortalidade na população. Não havia distinção social porque o rico ou o pobre, o senhor ou o escravizado ou o erudito ou o analfabeto, todos estavam sujeitos à contaminação e ao contágio, e conseqüentemente, à morte, embora a parcela da população mais acometida fosse a dos cidadãos comuns, em especial, o escravo urbano que por necessidade econômica transitava nos vários ambientes em que lhes eram permitidos (ou não) e, portanto, estavam sujeitos a serem acometidos por enfermidades mais facilmente. Eles eram responsabilizados por quase tudo de ruim que ocorria na cidade, incluindo a transmissão de doenças aos senhores.

A miséria e a pobreza engendraram como outras tantas consequências inelutáveis, a criminalidade, a delinquência, a prostituição. Os médicos atribuíram, sobretudo, aos escravos domésticos, a responsabilidade pelas doenças que adentravam os sobrados recifenses. (SANTOS, 2009, p. 104).

A provocação em estudar o assunto parte da proposta de criação dos cemitérios extramuros no Brasil, dentre estes, o cemitério público recifense. A criação deste espaço é analisada segundo o impacto social das doenças e suas implicações históricas. Discutimos as semelhanças existentes entre diversas sociedades e suas atitudes diante das doenças e da morte e quais mudanças e permanências são apreendidas nas práticas da coletividade recifense.

O estudo dialoga com autores que já pesquisam ou possuem trabalhos relacionados direta ou indiretamente ao tema, tais como os que abordam a religiosidade, a sanitização e a higiene, o disciplinamento urbano, a normatização, as atitudes e práticas sociais, culturais e religiosas ante à morte. O diálogo entre diversas áreas de pesquisa e campos de conhecimento será imprescindível neste trabalho, portanto, a Arqueologia, a Arquitetura, a Sociologia, dentre outras possibilitaram-nos apresentar uma nova perspectiva de abordagem sobre o tema morte da antiguidade até o século XIX e sua implicação na sociedade recifense.

O presente trabalho é dividido em três capítulos que deverão contribuir para o perfeito entendimento do objetivo geral do mesmo: historicizar as atitudes diante da morte, relacionando-as com as práticas que perdurarão ou serão modificadas no século XIX na cidade do Recife e os embates socioculturais, políticos e religiosos quanto à criação do cemitério público Bom Jesus da Redenção.

O primeiro capítulo aborda a discussão historiográfica e pertinente ao entendimento do objeto do estudo analisando-o em suas diversas perspectivas nos diferentes recortes temporais e espaciais considerados, permitindo uma aproximação com a temática deste trabalho em seus fundamentos conceituais.

O segundo capítulo analisa historicamente a relação dos diferentes grupos sociais com a morte e o morrer em todos os aspectos que a relacionam, tais como as doenças e suas implicações sociais, os rituais e as cerimônias. Esta análise objetiva discutir as mudanças e permanências na sociedade recifense no século XIX em seus ritos, costumes e práticas fúnebres.

O terceiro capítulo apresenta a sociedade recifense abordando as transformações sociais e urbanísticas, as implicações das concepções higiênico-sanitárias e a proposta de reordenamento urbano originalmente baseado no modelo europeu na cidade. Buscamos identificar em que aspecto o reordenamento urbano relaciona-se à política de higiene e limpeza promovida pela municipalidade que culmina na criação do novo espaço cemiterial. Por fim, que mudanças e permanências socioculturais e religiosas podem ser observadas no uso deste novo espaço, relacionando-as com outras práticas e modelos sociais estudados.

1- O DEBATE: A MORTE, O MORRER E SEUS RITUAIS

O ser humano busca respostas e conjectura sobre aquilo que desconhece, baseando-se, quase sempre, no que lhe é familiar; para isto utiliza sua concepção de mundo em todos seus aspectos culturais, religiosos, sociais e políticos no ambiente em que está inserido.

Poucos se deram ao trabalho de analisar e investigar as causas e origens de determinados eventos e, mesmo dentre estes, apesar dos seus esforços em elaborar uma explicação racional, pouco se avançava do ponto de vista “científico”. São atribuídas aos gregos a sistematização das experiências e a explicação racional dos eventos, embora seja importante observar que a enorme diversidade de povos e culturas que transitaram nos diferentes territórios em diversos períodos históricos possivelmente contribuíram para o avanço do conhecimento e as posteriores descobertas. A Hipócrates é atribuída a descrença nas explicações extraordinárias das doenças e a afirmação que as mesmas possuem uma causa natural, sendo um fenômeno do corpo que acomete o indivíduo.

O médico grego Hipócrates foi o primeiro a olhar para um homem tendo um ataque de epilepsia e dizer “não há nenhum deus aí dentro, é um fenômeno do corpo desse indivíduo”. Todos os outros povos da Antiguidade davam uma explicação mística para o fenômeno. Hipócrates afirmava que todas as doenças possuem uma causa natural, não devendo ser encaradas como punição divina. A explicação de Hipócrates ilustra o que a Grécia Antiga nos proporcionou: a ideia da investigação sistemática, de que o mundo é regido por leis da natureza, e não por deuses cheios de caprichos. (CAMPOS; MIRANDA; 2005, pag.51)

Na Europa medieval, segundo DUBY (1998, p. 78), “uma doença desconhecida provocava um terror imenso”, a afirmação é explicável em um contexto histórico em que indivíduos, muitas vezes, dispunham apenas das orações e preces aos santos e/ou aos mártires católicos para os socorrerem nos momentos em que eram acometidos pelas enfermidades. Os indivíduos estavam preparados para determinadas enfermidades, pois havia familiaridade mesmo que as mesmas não apresentassem possibilidades de cura, isolamento ou mesmo a morte, mas um mal diferente daquilo a que estavam acostumados a enfrentar poderia significar o fim de uma linhagem familiar ou mesmo de uma

comunidade inteira. Diante do desconhecido e da impotência em resolvê-lo, recorria-se às orações e penitências. Além do mais, dependendo do período em questão, recorrer a outros artifícios de cura que não atendessem às orientações da Igreja católica poderia significar uma acusação de bruxaria, heresia ou similar.

Jacques Le Goff relata diversos eventos ocorridos nos séculos XIII e XIV e apreende o período em que, segundo o autor, a cristandade entrou em crise². As estruturas sociais, políticas e econômicas do ocidente medieval começam a ruir, através de sucessivos eventos como as invasões bárbaras que destruíam e saqueavam vilas e cidades, a desolação e a fome no meio rural motivada por sucessivas intempéries que provocaram perdas de colheitas e plantações, além de falência de bancos e de empresas financeiras. Ante a este quadro, passam a ocorrer insurreições camponesas contra príncipes e nobres e por fim,

a partir de 1348, a Peste Negra faz cair brutalmente a curva demográfica, já em inflexão, e transforma a crise em catástrofe. Mas a crise é anterior ao flagelo, que só fez exagerá-la, e suas causas devem ser procuradas no próprio âmago das estruturas econômicas e sociais da Cristandade. (LE GOFF, 2005, p. 101).

Em meio às epidemias, surge o medo do estrangeiro e o trânsito de embarcações, repletas de mercadorias diversas e de pessoas de diferentes regiões, passa a significar contágio e morte. O deslocamento dos mercadores território adentro, possivelmente, foi prejudicado e o contato com outros povos, tão necessário para o comércio e as relações socioculturais, em épocas de epidemias são colocados em suspeição e proibidos. Enfim, definitivamente a peste alterou o cotidiano medieval e acelerou o fim da hegemonia da Igreja católica do ocidente. O homem medieval temia tudo- a miséria, as epidemias, a violência, o além e o outro³- e temia muito a morte sem salvação e a danação eterna. “O que domina a mentalidade e a sensibilidade dos homens da Idade Média e o que determina o essencial de suas atitudes é o sentimento de insegurança” (LE GOFF, 1995, p. 325). A insegurança compreendida no medo

² Sobre esta sucessão de eventos que abalaram as estruturas sociais, políticas e econômicas no ocidente medieval no período compreendido entre os séculos XIII e XIV é interessante consultar do mesmo autor: **A Civilização Ocidental (1995)**, especialmente o capítulo IV- A Crise da Cristandade.

³ Sobre estes medos, ver: DUBY, George. **Ano 1000 ano 2000: na Pista dos nossos Medos**. Tradução Eugênio Michel da Silva, Maria Regina Lucena Borges-Osório, revisão do texto em português: Ester Mambrini. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

da enfermidade incerta, inesperada e irremediada afligia o cotidiano do indivíduo no medievo, cotidiano este, fundamentado na ética e na moral balizadas pela obediência religiosa e pela fé.

Todo mal era percebido como um castigo divino e mesmo “as calamidades naturais eram para os homens da Idade Média a imagem e a medida das realidades espirituais” (LE GOFF, pag. 325). A explicação para as calamidades naturais e as moléstias que acometiam os indivíduos no medievo ocidental era explicada a partir das narrativas bíblicas e na constante desconfiança do contato, embora necessário comercialmente, com forasteiros e viajantes que possivelmente “portavam o mal”. Provavelmente, foi assim a Peste Negra⁴ chegou ao continente europeu, por intermédio de embarcações oriundas do Oriente. Assim, mais uma enfermidade se juntava à lepra e igualmente se apresentava como um castigo divino à não observância dos dogmas religiosos católicos. A morte passou a fazer parte do ambiente medieval e ser registrada sob diferentes maneiras na produção artística e literária, conforme relata George Duby (1998, p.79).

Mudanças de hábitos que envolvem aspectos culturais e religiosos exigem ruptura de valores e tradições. Notadamente quando novas feições são incorporadas à cultura existente e esta nova forma de expressão cultural impõe comparação entre o antigo (no sentido de velho, ultrapassado) e o moderno (no sentido de novo, recente)

⁴A Peste Negra encontrou um ambiente propício para sua disseminação no medievo: ausência de boas condições sanitárias e higiênicas, tanto do ambiente coletivo quanto do ambiente privado; subnutrição e carência vitamínica devido à pouca variedade de alimentos; difícil acesso a fontes de água potável, e o crescimento urbano desordenado, dentre outras causas. Segundo Le Goff (1995, p.109), a Peste Negra não surgiu do acaso e já era conhecida, pois uma pandemia idêntica (considerada a primeira Peste Negra) devastou o Oriente Médio, a África do Norte, o mundo bizantino e a Europa mediterrânea em 590. Após o grande evento que dizimou cerca de um terço da população europeia, outros surtos também ocorreram em períodos posteriores, sem, no entanto, causar tantos danos, até o momento em que as pessoas conseguiram desenvolver anticorpos que combatessem o agente causador das doenças. DUBY (1998, p.81) aventa a possibilidade da epidemia ter chegado por meio das rotas comerciais e estar consequentemente relacionada ao crescimento urbano e comercial das cidades “Ela era transmitida essencialmente pelos parasitas, principalmente as pulgas e os ratos. Era uma doença exótica, contra a qual os organismos dos europeus não tinham defesas. Veio da Ásia pela rota da seda. Veja: a epidemia, essa catástrofe, é, portanto, também um dos efeitos do progresso, do crescimento”.

Ainda sobre o medo coletivo da peste, ver: DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente (1300-1800)**: Uma cidade Sitiada. Tradução: Maria Lúcia Machado; Tradução de Notas: Heloísa Jahn. Companhia das Letras. 2009, 695p. Especificamente o capítulo III: Tipologia dos Comportamentos Coletivos em Tempos de Peste.

O par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar equivalentes para ele em outras civilizações e em outras historiografias. Durante o período pré-industrial, do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que, no fim da Idade Média e durante as Luzes, irrompeu na ribalta da cena intelectual. Na metade do século XIX transforma-se, com o aparecimento do conceito de 'modernidade', que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. (LE GOFF, 1990, p. 167).

A relação das sociedades ocidentais com os eventos relacionados à morte é influenciada por sua religiosidade e cultura, considerando o recorte temporal e espacial em que o grupo social está inserido. Nesta perspectiva, segundo CAETANO (2012, p. 33), “a religião interfere nos elementos mentais, nas ações materiais e nos aspectos culturais, alterando e modificando o comportamento social do homem ocidental”, corroborando com o que afirma FUNARI (2002, p.56) sobre a religiosidade grega, que tomamos como exemplo, “no corpo dessa religião, [...], havia muitas crenças, que variavam com o tempo e de local a local, já que não havia livros sagrados definitivos, como a Bíblia, nem um clero organizado”.

Os diversos modelos sociais históricos, salvo exceções pontuais, não são organizações isoladas e estão sujeitas a diversas influências externas e internas e as atitudes dos indivíduos perante à morte são reflexos destas influências. Portanto, a condição sociocultural- o que faz, o que diz, o que pensa, o que pratica- de determinado grupo é internalizada por geração pós geração, que é modificada inconscientemente, de forma lenta e gradual, onde os valores e ações são modificados pela dinâmica das relações humanas. Esta modificação pode vir a ocorrer por imposição de um grupo sobre outro ou de um determinado segmento social sobre o todo, neste caso implica em uma ruptura drástica de valores e concepções. A transmissão do conjunto de experiências intrínsecas perpetuam o grupo social, ágrafo ou não, em suas práticas socioculturais, sua religiosidade e os ritos funerários através de seus descendentes, sendo esta uma forma de preservação de memória⁵ do grupo.

Os ritos e cerimônias dos grupos sociais com a morte são sujeitos a transformações, como qualquer prática social e cultural, as relações sociais e culturais são mutáveis, embora estas mudanças tendenciem a um processo

⁵ Sobre isto é interessante ver: LE GOFF, Jacques. **Memória e História** (1990); A autor aborda o tema de forma bem ampla analisando-o em diversos contextos temporais e espaciais.

lento, quase imperceptível. Nesta perspectiva, “as transformações do homem diante da morte são extremamente lentas por sua própria natureza ou se situam entre longos períodos de imobilidade” (ARIÈS, 2012, p. 24).

As transformações socioculturais que determinam as mudanças de hábitos e valores são dinâmicas pois os elementos culturais permitem que sejam. Podem apresentar variações e adaptações em um determinado momento para que novas práticas culturais possam coexistir com outras, outras podem vir a ficar em desuso e ainda, outras sejam modificadas para que possam continuar a ser praticadas. Segundo Florêncio (2011, p. 102), citando Sahlin:

A História é organizada do ponto de vista cultural a partir de diversas maneiras nas diferentes sociedades de conformidade com os esquemas locais de significação das coisas. O oposto também é verdadeiro, pois, os esquemas locais são dispostos historicamente, e em maior ou menor grau os esquemas são revistos, reautenticados, quando colocados na prática⁶.

A morte enquanto objeto de estudo ainda é pouco explorada. Sua abordagem aparece em diversos trabalhos como tema secundário, sendo frequentemente relacionado com a história da sanidade, do sanitarismo, da higienização, da religiosidade, da medicina e das doenças dentre outras que enveredem pela análise sociocultural dos objetos. A análise dos aspectos sociais e/ou culturais de variados temas permitiu ao pesquisador descortinar uma gama de possibilidades referentes a objetos, problemas e abordagens⁷, indiscutivelmente essa exploração dos objetos sob diferentes perspectivas contribuiu para trazer à tona todos os indivíduos, personagens e eventos que tradicionalmente não aparecem na abordagem historiográfica tradicional, voltada para os grandes eventos políticos e militares. O historiador passou a problematizar o seu objeto de pesquisa, dando-lhe novos significados ou mesmo ressignificando-os. Segundo Bloch (2002, p.8) “nenhum objeto tem movimento

⁶SAHLIN, Marshall David. Ilhas da História. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro: 2003, p. 07 apud FLORENCIO, Raquel Cristiane Muniz. **Viver e Morrer sob o Rosário**: Rituais e práticas na Irmandade do Rosário dos Pretos da Vila do Recife no século XVIII. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de Letras e Ciências Humanas- UFRPE. 2011, 141 pag.

⁷Sobre as possibilidades de abordagens historiográficas que se apresentaram com a História Nova ver os trabalhos de Jacques Le Goff e Pierre Nora. História Novos Objetos (1995), História Novos Problemas (1976) e História Novas Abordagens (1995) e Apologia da História (Ou o Ofício do Historiador) de Marc Bloch (2002).

na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto”.

João José Reis, em *A Morte é uma Festa* (1991), analisa o evento denominado cemiterada, ocorrido em 1836 e nos apresenta uma série de elementos sobre os costumes e práticas do cotidiano da sociedade católica soteropolitana do século XIX. Os ritos e as tradições fúnebres são descortinados através do micro cotidiano dos indivíduos que frequentavam as Igrejas e irmandades católicas no século XIX.

“A cemiterada foi um episódio que teve como motivação central a defesa das concepções religiosas sobre a morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres, um aspecto importante do catolicismo barroco⁸” (REIS 1991, p. 49). Além de abordar a reação das Irmandades e Confrarias católicas que mobilizaram considerável número de fiéis contra a criação do cemitério público, o autor reconstrói o cotidiano das irmandades e confrarias negras em suas particularidades nos modos que combinavam a prática religiosa católica, com os aspectos culturais de sua comunidade, possibilitando combiná-los nos momentos em que envolvíamos eventos relacionados à morte e o morrer dentro do cotidiano.

Embora o trabalho acima citado observe um recorte espacial específico, os modos de agir e se comportar diante do evento morte podem ser transportados para o Recife ou mesmo outras cidades de porte semelhante na época do Brasil Império, dentre os quais podemos destacar: as atitudes diante da morte, as mudanças e permanências nos costumes fúnebres, a proposta estatal de reordenamento de determinadas práticas e as legislações referentes ao tema.

Philippe Ariès, em *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, como o próprio título sugere, analisa as atitudes diante da morte sob uma perspectiva sociohistórica nas diversas sociedades ocidentais estudadas, em diversos recortes espaciais e temporais. A obra é subdividida em temas relacionados ao assunto central e contribui com este trabalho a abordagem do surgimento do medo da morte, o sentimento moderno da família

⁸ Segundo o autor a expressão “morte barroca”, utilizada por Michel Vovelle, melhor expressava o ideal de bem morrer no Brasil colonial e no século XIX pela grande mobilização ritualística e cerimonial. (REIS, 1991, p. 91).

retratado nos testamentos e túmulos, a invenção de novos ritos funerários no século XIX e como se dava a relação entre a família, o doente e o médico.

Georges Duby trata em *Ano 1000 ao ano 2000*: na pista dos nossos medos (1998), dos aspectos socioculturais relacionados ao medo nas diversas sociedades analisadas. O autor realiza paralelos pertinentes entre períodos históricos distintos para avaliar as mudanças e permanências e verificar como as diversas organizações sociais se relacionam com os diversos tipos de medos, que medos são estes e qual a função da cultura e da religiosidade neste processo. Esta obra contribui com nosso trabalho com os capítulos que abordam o medo das epidemias e o medo do além, abordagens que possuem relação com os aspectos socioculturais e religiosos das atitudes relacionados à morte e ao morrer no século XIX. Ainda, interessa a este trabalho o medo coletivo e identificar quais ameaças despertavam este medo.

Michel Vovelle, contribui com este trabalho com *Imagens e Imaginário da História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XIX*. Interessa-nos a quinta parte desta obra intitulada “De Ontem e de Hoje- Lugares e ritos fúnebres desde o século XIX até os nossos dias”, e com o trabalho intitulado *Ideologias e Mentalidades*, em sua segunda parte, intitulada “Da História da Cultura à História das Atitudes”, importante para a fundamentação teórica das atitudes diante da iminente finitude e a relação posterior das famílias com os ambientes cemiteriais.

Sidney Chalhoub em *Cidade Febril: epidemia e cortiços no Brasil Imperial* trata da implantação da concepção higiênico-sanitária acompanhada da proposta de reordenamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, que passou a associar os locais onde se localizavam estas moradias à possibilidade do contágio e disseminação de doenças, além de associar os moradores destes locais à desordem e à criminalidade. Interessa-nos, especialmente, o capítulo II- Febre Amarela. Considerando as particularidades locais, o trabalho nos ajudou a perceber as similaridades entre os fatores apontados pelos eventos epidêmicos nas cidades do Rio de Janeiro e Recife, observando que ambas enfrentavam os mesmos problemas estruturais evidenciados pelo crescimento populacional desordenado, que, no caso fluminense, foi cristalizado na culpabilização dos mocambos e cortiços e de seus moradores.

Cláudia Rodrigues em *Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos* (1996), estuda a transição ocorrida na cidade do Rio de Janeiro relacionada às práticas e costumes relacionados à morte, o morto, a legislação e a religiosidade. Interessou-nos especificamente o Capítulo I- A Cidade e a Epidemia da Morte, que trata do início da discussão sobre os perigos dos sepultamentos nas igrejas, a legislação Imperial sobre o assunto, sua aplicação desigual nas províncias e a transformação da sensibilidade com relação ao tratamento destinado ao morto. Contribui com esta monografia, pois apresenta dados e informações necessários à fundamentação das nossas argumentações sobre as mudanças de atitudes a respeito das novas práticas de inumações na cidade do Rio de Janeiro, então sede do governo Imperial.

Rosilene Gomes de Farias em um artigo intitulado *Epidemia e Poder no Recife Imperial* (2016), estuda as implicações das novas práticas sanitárias, formuladas a partir das novas concepções médicas higienizadoras com o intuito de prevenir a disseminação de doenças, como a febre amarela e o cólera, na população recifense no século XIX. O estudo contribui com este trabalho trazendo o olhar das autoridades oficiais, auxiliadas e influenciadas por grupos organizados, a exemplo das associações médicas e sanitárias que buscavam regular e disciplinar a prática da medicina e impedir o exercício de profissionais leigos. O referido artigo também contribui pois traz a discussão sobre a origem de determinadas enfermidades que acometiam as cidades do Brasil Imperial como o cólera e a febre amarela; questiona se havia influência ambiental, quais os métodos mais eficazes e qual a melhor forma de preveni-las, por fim, se o mecanismo biológico de disseminação destas enfermidades se dava pelo contágio ou por infecção.

A pesquisa de Raquel Cristiane Muniz Florêncio, intitulada *Viver e Morrer sob o Rosário* (...) contribuiu com estes escritos em seu Capítulo III- Quando a morte chega-, o olhar sobre a morte em uma comunidade católica no século XVIII. Além de apresentar novas e úteis fontes para a análise do tema que abordamos a autora observa a morte a partir o ponto de vista desta Irmandade, composta por indivíduos de origem social humilde, escrava ou liberta, que possuía práticas próprias referentes ao assunto.

Vanessa Viviane de Castro Sial em seu trabalho intitulado *Das Igrejas ao Cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX* (2005),

realiza um estudo sobre as políticas públicas sobre a morte no século XIX, e como o próprio título sugere, o período de transição entre os enterramentos nas Igrejas e sua posterior proibição, para a adoção social de novos costumes relacionados à concepção do novo espaço, o cemitério público, fora do perímetro urbano. O estudo contribui com as informações acerca das reações social e religiosa quantos às novas posturas de inumação e suas implicações que atingiram a sociedade com a criação do cemitério público.

Jacques Le Goff, em *O Nascimento do Purgatório* (1995, 2ª ed.) expõe a relevância da concepção de um espaço intermediário entre o céu e o inferno no século XII para o catolicismo romano, que irá perdurar nos gestos e atitudes da sociedade recifense no século XIX, daí a relevância desta obra para este trabalho. Para tanto, Le Goff perpassa por diversas culturas em períodos históricos distintos e as analisa dentro das suas especificidades, para sugerir que esta concepção seria uma construção oriunda do entrelaçamento de culturas entre diversas civilizações e que surge entre 1.150 e 1.250 para solucionar um problema fundamental para a ancoragem do cristianismo na Idade Média, “[este espaço] é um além intermédio onde certos mortos passam por uma provação intermediada pelos sufrágios- a ajuda espiritual dos vivos” (LE GOFF, 1995, p. 18,19). Esta obra se relaciona com o nosso trabalho por tratar de uma temática que se articula à morte, ao morrer e à religiosidade popular e pelo fato desta crença estar presente no século XIX nas práticas do catolicismo.

Em *A História do Corpo na Idade Média* (2006), Jacques Le Goff e Nicolas Troung, perfazem um caminho onde o tema central é o corpo, doente e sadio, o corpo desconhecido e investigado pela medicina e o corpo vigiado pela Igreja, pois é porta de entrada para o pecado e por isto, alvo das punições divinas, cristalizadas na doença e na morte. O corpo é situado dentro de vários eventos, no consciente coletivo, na religiosidade, nas práticas culturais, na vida e na morte. O corpo da criança, do jovem e do velho; da mulher e do homem, dos nobres e dos plebeus são analisados em suas especificidades. Teólogos cristãos na Idade Média conceberam teorias sobre corpo e seu simbolismo, que variavam conforme o entendimento do período em questão, “oscilando entre a veneração e a repressão, a humilhação e a exaltação” (LE GOFF; TROUNG; 2006, p.13). Interessa-nos, particularmente, o capítulo II, intitulado “Viver e Morrer na Idade Média”, em que os autores dissertam sobre o significado da morte e do morrer

no medievo, os tratados médicos e seus limites, as teorias sobre o funcionamento do corpo e a convivência com a doença; o tratamento destinado aos doentes no período medieval e o constante esforço da Igreja católica em controlar a vida e disciplinar a morte. Este vai e vem de entendimentos persistirá no século XIX, e é nesse aspecto que se percebe a contribuição do referido livro ao nosso trabalho: entender como a sociedade medieval se relacionava com o indivíduo enfermo e com o falecido. Permite perceber quais costumes e práticas persistirão até o século XIX e quais as mudanças e permanências entre as atitudes diante das epidemias na Idade Média e as do século XIX.

Manuela Arruda dos Santos com *Entre a sujeira e a falta de (com) postura* (2009) e Janaína de Lacerda Furtado em *Dois lados da mesma moeda: A comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro e o discurso da higiene e saneamento no século XIX* (2003), ambos trabalhos possuem perspectivas diferentes sobre temas que dialogam entre si-higiene, salubridade, sanidade e prevenção de doenças. São abordados nestes trabalhos, as transformações urbanas do século XIX, considerando as políticas de reordenamento do espaço urbano como componente das políticas higienistas implementadas como medidas profiláticas e saneadoras tendo como modelo, em ambas as cidades, o modelo de (re)urbanização das principais cidades europeias. Será fundamental a contribuição destes estudos para a comparação entre as duas realidades, para verificar as semelhanças e divergências nas disciplinas e regulamentos impostos pelas autoridades públicas nas duas cidades. Este trabalho ratifica que determinadas práticas e costumes dos séculos antecedentes perduram no século XIX e que foi determinante o papel do catolicismo romano na conservação destes, explicitados na relação dos mesmos com a doença e a morte.

2- À BEIRA DO FIM. FIM DO QUÊ MESMO?

2.1- O (re)nascimento de uma concepção de tratamento destinado aos mortos: atitudes diante da morte.

A criação de espaços dedicado aos mortos não é exatamente uma novidade nem uma invenção do homem moderno. Desde os primórdios da sua existência, especialmente quando passou a viver em comunidades minimamente organizadas, o homem destinou aos mortos locais específicos e passou a atribuir significado mágico, sobrenatural ou mesmo sagrado a estes espaços.

A ocultação de cadáveres com a finalidade de proteção dos vivos da decomposição de corpos mortos é uma das primeiras práticas socioculturais adotadas pelos humanos. Seja pela inumação, pela cremação ou pelo embalsamento, entre outros procedimentos, o corpo morto é o elemento central que orienta práticas e ritos funerários da sociedade, sendo este um dos primeiros registros e testemunhos de sua história. (SOUZA, 2012, p. 82)

Na Idade Média, a finitude da vida material passou a ser compreendida por símbolos e rituais; a morte era familiarizada e próxima aos indivíduos. Ariès (2012, p. 31 e 32) escreve sobre a morte domada, onde não se temia a morte, mas não ter tempo para preparar-se pra ela, “não se morre sem se ter tido tempo de saber que se vai morrer”. Este preparo deveria seguir determinados ritos próprios e tinha por objetivo iniciar o processo de desprendimento da vida material, que poderia ocorrer de forma paulatina ou de forma acelerada, conforme a impressão do indivíduo sobre o seu momento derradeiro. É compreensível este tipo de pensamento, em um período histórico onde a expectativa de vida era, segundo LE GOFF; TROUNG; (2006, p.93 e 103), “em média, entre trinta e cinco e quarenta anos [e que] certos textos falam com frequência de uma pessoa ou personagem que é velho quando ele não tem mais do que quarenta e cinco anos”.

Como boa parte da população medieval era iletrada, testamentos escritos de próprio punho não eram comuns; o moribundo designava uma pessoa de sua confiança para que se fizesse cumprir sua vontade, ou seja, desfazer-se dos seus bens, reparti-los entre os familiares, amigos e à Igreja, além de ofertar pequenas quantias monetárias ou alimentos aos mendigos- uma atitude cristã

louvável. No fim das contas, o importante para a cristandade conforme LE GOFF (2005, p. 179), “era a salvação”. Com mudanças pontuais sobre formas e modos, as atitudes⁹ semelhantes ante a iminência da morte foram observadas nos indivíduos do Brasil colonial e perduraram no século XIX: pressentir a morte próxima, buscar a religiosidade, providenciar os testamentos e expressar o desejo da boa morte eram constantes.

A morte é uma passagem, e essa passagem ocorre através de cerimônias. É nesse aspecto que vejo uma diferença muito profunda da nossa cultura. Para nós, a morte é uma coisa embaraçosa: é preciso livrar-se o mais rapidamente possível do cadáver. A transferência para os locais de sepultamento acontece furtiva e apressadamente. Na Idade Média, ao contrário, toda a família, os serviçais, os vassalos, todos se reúnem em torno daquele que vai morrer. O moribundo deve fazer muitos, despojar-se, distribuir entre os que ele ama todos os objetos que lhe pertenceram. Ele deve também declarar seus últimos desejos: exortar os que lhe sobrevivem a portar-se de forma melhor, e, evidentemente, submeter-se a todos os ritos que o ajudarão a ocupar, no além, uma posição que não lhe seja muito desagradável (DUBY, 1998, p.124).

Não apenas no medievo, diversas organizações sociais em diferentes períodos históricos e estágios de desenvolvimento produziram registros para a humanidade quanto aos costumes fúnebres. Podemos compreender os modos de agir e pensar de uma civilização em seu tempo sobre o significado que as pessoas atribuíam à morte e ao morrer analisando as marcas impressas nos espaços que ocupavam, verificando os vestígios que estes grupos humanos deixaram. Os grupos humanos mais primitivos reconhecidamente possuíam uma relação divergente de entendimento da finitude do que os ocidentais modernos possuem: para os primeiros, as despedidas eram compostas de festas e celebrações: a morte não era apreendida como uma extinção do indivíduo, mas uma passagem para uma esfera espiritual superior.

O célebre antropólogo A. M. Hocard alegou certa vez que os primitivos não eram importunados com o medo da morte; que uma perspicaz amostragem de amostras arqueológicas, iria mostrar que a morte era, com muita frequência, acompanhada de júbilo e festejos; que a morte parecia ser uma ocasião muito mais para comemoração que de medo [...] porque acreditavam que a morte é a promoção suprema, uma

⁹ Sobre estas atitudes e os paralelos entre os períodos distintos, ver REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo. Companhia das Letras. 1991, capítulo 4: As formas da Morte e do Bem Morrer. Neste capítulo, o autor elenca uma série de ações dos indivíduos nos novecentos ante a morte que muito se assemelham ao que era praticado no medievo.

condição para a elevação ritual para uma forma de vida superior, para o desfrute da eternidade de alguma forma. (BECKER, 1973, p.9)

Em diversas organizações sociais, os eventos fúnebres eram cercados de ritos e cerimônias que muito se assemelhavam a eventos festivos como foi atestado na realidade brasileira pelo pesquisador João José Reis (1991)¹⁰. Tomando como exemplo a Bahia colonial, o historiador verifica em seu estudo atitudes semelhantes à eventos festivos envolvendo as cerimônias e cortejos fúnebres de indivíduos de diversos estratos sociais, mas especialmente as Irmandades e Confrarias Negras, com direito a velas, tochas, cantorias que muito se pareciam com pequenas procissões.

O cemitério afastado do centro urbano foi algo reinventado na Europa. Esta reinvenção dá-se numa perspectiva higiênico-sanitária que procurou afastar os indivíduos dos vapores, agora mefíticos, que os túmulos exalavam, os chamados miasmas. As teorias médicas oitocentistas preconizavam a higiene, a organização e a limpeza dos ambientes coletivos, individuais, e do reordenamento dos espaços citadinos. E por isto, o convívio com os mortos nos templos católicos, tão comum até então, passou a representar perigo à saúde. De um convívio familiarizado, a presença nos mortos nos templos foi aos poucos transformando-se em temor, distanciamento ou repúdio.

As novas proposições sanitárias formuladas pela ciência médica europeia apontavam os enterros nas dependências dos templos religiosos como a causa de epidemias e enfermidades que afligiam a população e provocavam alta mortalidade. Era a teoria dos miasmas que surgia. Um retorno às origens seria necessário para atender aos padrões da nascente medicina científica do século XIX.

A ascensão do cristianismo ao posto de religião oficial do Império Romano, possivelmente, tem a ver com essa mudança de costume relacionado à prática cristã ocidental de sacralizar as sepulturas- no século XIX; o bom tratamento destinado aos mortos seria um costume “pio e louvável” (VIDE, 1853, C.843, p. 295), o que incluía destinar um local adequado nos templos ou em seus arredores, de acordo com a escolha do falecido.

¹⁰ Ver: REIS, João José. **A morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Ed. Companhia das Letras. São Paulo: 1991. p. 137 a 170. Especialmente o capítulo VI- A Morte Como Espetáculo: antigos cortejos fúnebres.

No período medieval, embora o catolicismo fosse implacável com determinadas práticas, os enterramentos, possivelmente, tiveram que ser adaptados segundo as condições apresentadas, especialmente, nas áreas mais apartadas dos centros de influência do olhar dos ministros da Igreja Católica. No século XIX, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, elaboradas por D. Sebastião da Vide, previa sanções com relação aos enterros que não obedeciam os princípios cristãos e fora dos templos católicos “E pelo defunto, que for enterrado fóra do sagrado, se não dirá Missa, [...] nem farão Offícios, nem por elle se receberá benefício algum, nem orará, nem reizará publicamente” (VIDE, 1853; C.863, p. 303).

O corpo social do medievo dividia-se basicamente em clérigos, guerreiros e lavradores e constituía-se em uma sociedade bicéfala, pois o controle político, econômico e religioso eram fruto de acordos e tratados entre o papa e reis ou imperadores (LE GOFF, 2005, p. 267). Cabia aos imperadores, reis e nobres observarem a estrita observância dos princípios religiosos católicos e o papa abalizava o poder atribuído a estes. Foi esta, uma das condições impostas pela Igreja Católica Apostólica Romana para que as duas monarquias absolutistas Ibéricas colonizarem e monopolizarem as riquezas do Novo Mundo: respeitar os princípios cristãos católicos e disseminá-los nas colônias, incluindo-se o tratamento destinado aos doentes, aos mortos e aos locais de inumação.

2.2- A igreja e as práticas cemiteriais no brasil colônia.

A prática dos sepultamentos no interior e proximidade das igrejas chegou ao território brasileiro por meio do colonizador português que seguia menos as normas estabelecidas pela Igreja católica e mais seus critérios nesta sociedade.

Durante o período colonial, algumas igrejas possuíam pequenos cemitérios, em terrenos adjacentes, onde os escravos e os indigentes eram sepultados. Os ricos proprietários eram enterrados dentro das igrejas e, quanto mais perto do altar fosse o túmulo, mais caro tornava-se a sua aquisição. Os escravos que não pertencessem às irmandades poderiam ter seus corpos abandonados no mar, em rios e matas. (MIRANDA, 2017, p. 416)

Achar, no meio do caminho da Europa às Índias, um continente foi vital para a Igreja católica tanto do ponto de vista político quanto do religioso. A

Europa fervilhava¹¹ em transformações e entre estas mudanças, a Igreja Católica perdia sua exclusividade na interpretação da Bíblia com o surgimento e expansão de novas ramificações do cristianismo que será resultado do fim de sua superioridade em paragens onde hoje se situa a Alemanha e a Inglaterra.

Para o catolicismo foi imprescindível impedir o avanço reformador protestante na Europa e de suas ideias heréticas, ratificou-se as alianças existentes, estabelecer outras ou mesmo recuperando Estados (no sentido geral do termo) que haviam sido convertidos a uma das ramificações protestantes surgiram. O achado de novas regiões no denominado Novo Mundo, o catolicismo encontrou o terreno favorável à sua expansão e com isto, recuperar a credibilidade abalada na Europa. O estabelecimento de uma série de regras, leis e condições para inumações eclesiásticas entra nesta conjuntura histórica e era estendida a todos os fiéis católicos que não tivessem cometido pecados graves contra a fé católica e a Igreja, então,

[...] a sepultura era terminantemente proibida a judeus, cismáticos, heréticos, apóstatas, blasfemos, suicidas, duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, aos religiosos enriquecidos (se tinham voto de pobreza), aos refratários à confissão e à extrema unção, infiéis, crianças e adultos pagãos. Os incluídos em alguma dessas categorias teriam direito caso reparassem material e/ou espiritualmente suas faltas. (REIS, 1991, p. 174)

Não deveriam permitir os enterros de qualquer indivíduo nas condições citadas acima, porém negar uma sepultura de forma injusta também configurava ato grave. Nestes casos uma investigação era feita por membros da Igreja com o intuito de comprovar ou não determinada suspeita ou acusação para impedir injustiças e julgamentos parciais, que eram comuns na época.

¹¹Uma série de transformações provocaram mudanças importantes nas estruturas religiosas, sociais, políticas e econômicas da Europa, que se entrelaçam em diversos pontos; sinteticamente podemos citar: a crescente classe burguesa que ansiava por mais liberdade nos assuntos mercantis; esta financiou artistas e colaborou com o surgimento de uma nova concepção o renascimento artístico e cultural; a mesma burguesia apoia e protege alguns reformadores religiosos (que passaram a ser perseguidos como hereges) que defendiam não apenas mudanças de hábitos religiosos, mas também pregavam a limitação do poder da Igreja e do papa nos assuntos econômicos e do Estado. A invenção da Imprensa promoveu uma difusão de cultura e conhecimento através de livros e escritos que passaram a ser reproduzidos de forma mais rápida e eficientes, na língua nacional do indivíduo e que se tornaram mais acessíveis financeiramente.

Todo ambiente da Igreja será ocupado pelos mortos: paredes internas e externas, arredores do templo e o chão dos mesmos; muitas igrejas não dispunham de bancos nem cadeiras para os fiéis ou visitantes: estes oravam e assistiam as missas ou celebrações em pé ou sentados sobre algumas covas que se localizavam no chão. Citado por REIS (1991, p.175), Arago, provavelmente um viajante cronista, relatou que no Brasil durante as cerimônias religiosas, “os vivos passeiam sobre os mortos”. Os odores que as sepulturas exalavam e impregnavam os templos e seus arredores eram aceitos como algo natural e não eram percebidos com um incômodo a ser combatido. A pesquisadora Cláudia Rodrigues (1997, p. 21) relata em seu trabalho uma sensibilidade olfativa¹², uma domesticação do olfato que adaptou-se ao odor que vinha das sepulturas presentes nas igrejas e que era relacionado ao sagrado. O mau cheiro passou a ser percebido a partir do momento em que surgiram as primeiras suspeitas de doenças que provinham das sepulturas dentro das igrejas.

2.3- A hierarquização da morte no século XIX.

A hierarquização da pós-morte foi inevitável. O espaço que o indivíduo ocupou durante a vida deveria vir representado em seu momento final nas homenagens, nos tipos e cor de mortalha representando o tipo de vínculo que o falecido possuía –Irmandade¹³ ou Ordem terceira e santo de devoção, nos ritos em profusão, na abundância de religiosos que acompanham o cortejo fúnebre, no toque de sinos, nas missas encomendadas às centenas e no local destinado a sua morada final que indicavam socialmente o poder e o prestígio que o falecido possuía.

¹²Segundo a autora, a tradição da inumação eclesiástica foi trazida e implantada pelo colonizador europeu, sendo adotadas pela maioria da população cristã até meados do século XIX. A base era o costume ocidental e o catolicismo cristão que pregava uma relação de familiaridade entre os vivos com os mortos, que eram membros da comunidade, e não deveriam ser afastados do seu convívio e inumados no interior das Igrejas, local mais indicado para esta finalidade, segundo os preceitos cristãos, denotando uma relação de proximidade entre ambos.

¹³ Segundo REIS, (1991, p. 49), a Confraria era um termo genérico que designava pertencimento de um indivíduo a determinada atividade profissional a uma comunidade católica. Formadas por leigos, pessoas que não pertenciam ao clero católico, se associavam a ordens católicas tradicionais com a dos dominicanos, carmelitas e franciscanos. As Irmandades eram ligadas a etnias e comunidades específicas como a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, da Conceição, de Santa Rita ou Terceira do Carmo, de São Francisco, São Sebastião, etc.

A junção de fé e religião fez da morte não apenas um evento dentro da comunidade como também oportunizou a demonstração de prestígio e poder. A este costume de se enterrar nas igrejas, SIAL (2005, p.184) denominou “lugares sociais dos mortos”. O interior das igrejas era pleiteado por todos o que se consideravam dignos de determinado espaço. Estar neste local sugeria relevância econômica e social de quem ali se encontrava, bem como uma afirmação implícita de que aquele indivíduo e sua linhagem familiar foram bons católicos. Os lugares próximos aos altares, então, eram mais disputados por serem em menor número e por se situarem em local privilegiado próximo dos santos de sua devoção, ainda por receberem com extrema regularidade os ofícios divinos nas celebrações religiosas.

Estar dentro de um local sagrado e em lugar tão privilegiado era para poucos. Embora proibisse cobrar por estes espaços para evitar a concorrência entre os templos e a imposição econômica para ter acesso a estes túmulos, a igreja abria exceções para patronos- doadores do terreno onde a Igreja foi construída, por exemplo- e párocos. No interior dos templos, os jazigos eram perpétuos e intransferíveis não podendo ser vendidos e os pedidos deveriam ser enviados para aprovação ou pelo próprio arcebispo. Devendo ser recolhidas as esmolas, “ou a taxada ou a acostumada” (VIDE, 1853, C. 855, p. 299), ou seja, a compra direta dos jazigos era proibida, mas as ofertas, como sinal de gratidão por ter alcançado tamanha honraria, eram permitidas e bem recebidas.

Até o século XIX, com algumas adaptações, cotidianamente, se observavam cenas em que familiares e pessoas mais próximas reuniam-se e revezavam-se em torno do moribundo em seu ambiente doméstico¹⁴. Este, fazia-lhes os últimos pedidos e dava as últimas ordens. Caberia a quem o falecido designava cumprir sua última vontade e providenciar estas doações. Esta possibilidade fez muitos fiéis se desfazerem do seu patrimônio, doando-o à Igreja o que lhes restava e deixando os herdeiros na penúria. Em um meio social onde o analfabetismo era recorrente, muitos religiosos eram chamados a redigir os

¹⁴Phillipe Ariès cunhou a expressão “morte domada” para designar uma preparação para a morte que se aproxima, “não se morre sem ter tido tempo de saber que vai morrer”. Ainda, segundo o autor, esta prática pode ser percebida em longos períodos da história humana, da ordem de milênios. Ver: ARIÈS, 2012, p.31-48.

testamentos. Assim, para evitar injustiças no conteúdo dos testamentos, as Constituições primeiras do arcebispado da Bahia preconizavam:

Por eyitarmos algumas desordens, escandalos, e máos exemplos, que se podem dar na direcção dos testamentos, exhortamos, encarregamos muito a todos os nossos subditos, especialmente aos Parochos, e mais Clerigos, que, quando escreverem, e fizerem testamentos de algumas pessoas, tenham em primeiro lugar intento do que convêm á salvação do testador, descargo de sua consciencia, paz, e quietação de sua familia, e successores, aconselhando-lhe com charidade, e zelo, que trate de sua salvação, disponha de suas cousas, e as deixe de tal sorte ordenadas, que não fique occasião aos herdeiros de demandas. (VIDE, 1853, T. XXXIX, p. 280, C.783)

Ainda porque, a presença de um sacerdote católico no momento derradeiro era imprescindível a uma boa morte: “no momento derradeiro não dispensavam o direito de testar e o auxílio sacerdotal, sendo prática receberem ao menos um dos três sacramentos [...], a saber: eucaristia, penitência e extrema-unção” (SANT’ANNA, 2006, p. 72). Embora no caso dos testamentos, os fiéis eram orientados a antever a aproximação da morte e por possuir todas as faculdades mentais, e mandar redigir o seu testamento, pois através deste, o indivíduo, poderia redimir-se de parte dos pecados e, ainda em vida, corrigir determinadas faltas e morrer de consciência limpa.

Dentre as orientações do catolicismo sobre este item, existia um manual¹⁵ de autor anônimo, denominado *A morte suave e santa* (...) que visava orientar o cristão sobre a melhor forma de morrer. Sobre o testamento, dentre outras coisas, alertava o cristão para antever o momento derradeiro:

He astucia muito ordinaria do demônio persuadir aos homens que não devem cuidar no testamento, senão quando já estiverem próximos á morte. Elle sabe muito bem quanto he importante a hum enfermo estar livre, e desembaraçado de rodos os negócios temporaes, para pacificamente tratar com Deos o negocio da eternidade. [...] a justiça manda, que o enfermo primeiro que tudo satisfaça aos seus credores, entregue o que tem alheio, restitua afama, e honra que tem tirado [...] A mesma justiça obriga a todo o Christão, ou são, ou doente, a deixar aos herdeiras legítimos tudo o que he da lei, e do costume. (ANÔNIMO, 1781, p. 245)

¹⁵ ANONIMO. **A morte suave e santa, ou preparação para a morte**, obra recompilada dos santos padres e de gravíssimos authores em autoridade e letras, I E II parte. Régia Officina typografica. Lisboa, 1781. Disponível em: <<https://archive.org/details/amortesuaveesan00unkngoog/page/n9>> Acesso em 23/10/2018.

Acreditava-se que, embora o local de sepultamento não fosse decisivo para efeitos de salvação espiritual, estar próximo dos santos e mártires de sua devoção poderia garantir a intercessão destes no além-túmulo em favor do finado, o que poderia abreviar a estada da alma do falecido no purgatório- neste ambiente, a relação entre os vivos e os mortos poderia dar-se em um sistema de ajuda mútua, segundo SIAL (2005, p. 200) “as almas precisam das orações dos vivos para alívio dos seus pecados e daí alcançarem a salvação. Caso haja vitória no purgatório, as almas intercedem junto a Deus que por elas tiveram piedade.”

Se para uma diminuta parcela social, o trajeto para a túmulo era cercado de esplendor e inúmeras bênçãos, a população escravizada tinha como destino final os campos e o mato- abandonados ao ar livre, ou, ainda o curso dos rios e praias. O proprietário deveria dar um tratamento condizente com as práticas cristãs aos mortos sob sua responsabilidade. Os que não observassem as condições mínimas para um enterro cristão digno, a Igreja ameaçava com a excomunhão prevista pelas Constituições primeiras (VIDE, Título LIII, C. 844, p. 295).

Mesmo com tantas recomendações, eram corriqueiras as denúncias que chegavam aos sacerdotes sobre senhores que não amparavam os escravos doentes, nem lhes davam os sacramentos cristãos ou um destino correto ao cadáver, ficando estes muitas vezes expostos ao ar livre sendo “alvo fáceis de cães e outros animais” (REIS, 1991, p.173). Era para o adro- o terreno que circuncidava os templos e o local menos prestigiado, para onde iam os escravos e pessoas muitos pobres; ainda segundo Reis (1991, p.175), as covas no adro eram tão desprestigiadas que podiam ser conseguidas de forma gratuita.

2.4- O cuidado com os mortos: tradições e transformações.

A concepção de locais específicos destinados aos enterros dos indivíduos de determinada sociedade, afastados do centro urbano, não é um conceito exatamente novo no ocidente. Nas diversas sociedades da antiguidade, são observadas esta separação, o que não significa nem definitivamente nem necessariamente uma quebra de vínculo entre mortos e vivos. Podemos inferir que este distanciamento seria necessário para que o morto encontrasse seu

caminho no mundo espiritual e não permanecesse entre os vivos. Os ritos e cerimônias cristãs objetivavam auxiliar ao espírito desencarnado a encontrar o caminho que o aguardava e, assim, quebrantar os elos que os prendiam na esfera material.

Desde a Antiguidade, com efeito, os vivos se ocupavam dos corpos dos membros de suas famílias. As mulheres, em particular, eram encarregadas de lavá-los, de prepará-los para juntarem-se ao reino dos mortos que, segundo a crença, retornavam às vezes para atormentar a alma dos vivos. Com o cristianismo, estabelece-se uma hierarquia entre os defuntos, sem colocar em questão as práticas herdadas do paganismo. Somente as sepulturas dos santos, dignificadas e manipuladas de diferentes maneiras, podiam ser objeto de celebração e veneração. Reza-se para os mortos, é certo, mas com a intercessão de novos heróis, os santos. (LE GOFF; TROUNG; 2006, p.122)

As cerimônias fúnebres constituíam um importante elemento fundamental nestas sociedades, sempre carregadas de simbolismos e associadas a elementos que são significativos àquela sociedade, que se completavam no tratamento ao corpo que poderia ser queimado, enterrado, ocultado, deixado exposto ao ar livre, etc. Segundo FUNARI (2012, p. 45), na Grécia Antiga, dois tipos de morte eram consideradas especiais: o do guerreiro em combate e a da parturiente- atividades socialmente valorizadas “e que frequentemente levavam à morte precoce” de indivíduos em pleno vigor físico; ainda sobre o caso grego,

O corpo defunto podia ser cremado ou enterrado na tumba, local que recebia a visita e o culto dos parentes. Os gregos acreditavam que o morto seria conduzido pelo deus Hermes ao mundo inferior, onde estava o deus Hades, ficando neste mundo subterrâneo para todo o sempre. A sepultura seria o local de ligação entre vivos e mortos e apenas a lembrança dos vivos faria com que o morto tivesse algum conforto no Hades. (FUNARI, 2012, p. 46)

Na Roma antiga, a relação com os mortos diferia dos gregos com relação ao tratamento e atitude. Promovia-se a separação material dos vivos e dos mortos que eram dispostos ao longo dos caminhos que levavam à Roma. Na margem destas estradas, longe do ambiente urbano, se localizavam os cemitérios que, baseado na descrição de ARIÈS (2012, p. 62), muito se assemelhavam aos nossos cemitérios cristãos do século XIX, ao menos pela

prática de particulariza-los, “cada indivíduo, mesmo o escravo, tinham um local de sepultura”, além disso,

A cidade era dos vivos e, por isso, os mortos eram enterrados, ou suas cinzas depositadas, em monumentos funerários além-muros. Os cemitérios seguiam as estradas que saíam pelas portas da cidade. Quando se caminhava para fora da cidade, sempre se passava pelas tumbas, com suas inscrições, figuras e estátuas. (FUNARI, 2002, pag. 111).

Com a adoção do cristianismo como religião oficial do Império Romano, muitas práticas serão modificadas e muitas destas são disciplinadas para melhor se adequarem aos (novos) princípios cristãos. O tratamento destinado aos mortos e a relação da religião com estes exemplificam esta afirmação: enterrar nos templos aventava a perspectiva do finado beneficiar-se com a proteção dos santos e, pela intercessão destes no além-túmulo, estes poderiam beneficiar os finados na salvação espiritual e expiação dos pecados; a concepção de purgatório possibilitou aos vivos intercederem pelos mortos e também o inverso. Segundo ARIÈS (2012, p.190),

A Antiguidade greco-romana havia proibido o enterro no interior do *Pomerium*. Os túmulos eram dispostos ao longo das estradas que deixavam a cidade: o cristianismo primitivo tampouco admitia o enterro nas igrejas, [...]. Mas o sentimento foi mais forte do que as interdições canônicas e transformou a igreja e suas dependências em uma incrível concentração de cadáveres e ossadas.

Ainda segundo este autor, no medievo, a palavra cemitério designava toda a adjacência dos templos, não mudando a concepção social de ocupação do espaço no interior destes

A palavra *coemeterium* não designava necessariamente o lugar reservado aos enterros, mas o *azylus circum ealesiam*, ou seja, toda a circunvizinhança da igreja que se beneficiava do direito de asilo. Faziam-se enterros em todos os lugares dessas circunvizinhanças, dentro da igreja e à volta dela, nos pátios, *atrium*- e nos claustros, que tomaram o nome de carneiros e tornaram-se os cemitérios no sentido estrito que conservamos hoje. (ARIÈS, 2012, p.188)

3- AS EPIDEMIAS PROVOCAM O REMODELAMENTO DO ESPAÇO URBANO RECIFENSE: SURGE O CEMITÉRIO PÚBLICO.

3.1- As práticas médicas e suas repercussões no espaço urbano.

Das concepções mágicas e religiosas à explicação racional da origem das doenças, um longo caminho foi percorrido na Antiguidade. Do nascimento de Asclépio às ideias de Hipócrates¹⁶, uma série de concepções, formulações e contestações sobre o mundo físico e material surge sob a esfera da Filosofia: o equilíbrio e a harmonia seriam indispensáveis à saúde. As doenças teriam origem nos excessos. As práticas sobrenaturais e mágicas perderiam paulatinamente espaço para a intervenção no corpo do enfermo. Segundo o entendimento de MIRANDA (2017, p.26), “para a medicina antiga, a saúde era um estado no qual a mistura dos humores estava em harmonia, ou seja, em proporções corretas. As doenças, conseqüentemente, resultavam da ruptura desse equilíbrio”.

Se na antiguidade as doenças eram somáticas e não havia relação com o plano espiritual, no medievo, as doenças refletiam a impureza da alma. Não havia doença que não atingisse o corpo e a alma simultaneamente, “[...] para o homem da Idade Média, tanto nas civilizações cristãs quanto no mundo islâmico, não era possível separar os acontecimentos corporais e sua significação espiritual” (LEGOFF; TROUNG; 2006, p.108). A exemplificação básica desta afirmação é a lepra; quem a contraía era estigmatizado como pecador, impuro¹⁷, era isolado do convívio social nos leprosários. Esta doença, em um ambiente controlado pela religiosidade, era o símbolo, por excelência, do pecado. Se a lepra acometia os que não agiam de acordo com os preceitos cristãos, a peste negra quebrou esta lógica e ressignificou a relação das pessoas com a morte e

¹⁶ Sobre esta cronologia e melhor entendimento ver o primeiro capítulo “Princípios do saber histórico e da prática médica” do trabalho de: MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A Arte de curar nos tempos da Colônia: Limites e espaços de cura**. 3. ed. rev. ampl. e atual. Ed. Universitária da UFPE, Recife-PE: 2017.

¹⁷ Sobre a Lepra e a estigmatização do indivíduo, ver: Le Goff; Troung (2006, p. 105-108); Segundo os autores, o entendimento médico medieval, muito influenciado pela Igreja que, por sua vez fundamentava muitas de suas concepções nas passagens bíblicas, havia diversas formas de se contrair a lepra, dentre estas, o ato sexual realizado em dias proibidos pela religiosidade como os dias santos, quaresmas e vigílias. Se considerarmos este entendimento, o acometimento do indivíduo pela lepra, sendo esta uma consequência de um ato pecaminoso ou desobediência aos preceitos religiosos cristãos, podemos afirmar que se o ato sexual fosse praticado fora do matrimônio, este risco aumentava consideravelmente.

a religião ao atingir pessoas dos diversos estratos sociais, sem obedecer a uma lógica. Pôs-se em xeque os conhecimentos da medicina escolástica e as verdades infalíveis da religiosidade- ambas se mostraram ineficazes ante à calamidade social instaurada pela Peste Negra.

Se a Renascença revoluciona com o antropocentrismo, a Revolução Industrial na Europa modificou a relação do homem com o tempo, redefiniu as relações sociais e fez surgir um novo conceito de modernidade que será transplantado para outras cidades ao redor do mundo onde franceses e ingleses exerciam forte influência. Criou-se novas concepções de organização do espaço urbano, com maior ênfase à cultura, ao asseio e à civilidade¹⁸ e, neste aspecto, o conhecimento médico passa a preocupar-se com a saúde coletiva¹⁹.

Neste artifício modernizador, a medicina passa a relacionar os problemas de saúde com o ambiente e as condições que o indivíduo vive²⁰. Utilizando-se de compilações das teorias hipocráticas e galênicas²¹ a medicina “científica” desembarca no Brasil no século XIX. Na ausência de instituições e profissionais em quantidade suficiente para formar um corpo de médicos e cirurgiões no território brasileiro, os filhos eram enviados para concluir os estudos na Europa. Uma iniciativa que se repetia de geração em geração nas famílias que possuíam

¹⁸ Sobre o conceito de civilização que se relaciona ao termo civilidade, ver: SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos** 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

¹⁹ Sobre estas modificações no espaço urbano recifense e as influências sociais, culturais, políticas e econômicas do continente europeu neste período consultar o capítulo I- A construção de um novo mundo do trabalho de SILVA, Sandro Vasconcelos da. **O costume da praça vai à casa:** as transformações urbanas e as influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880), apresentado ao PPGH-UFRPE, 2011.

²⁰ A partir do século XVII, a medicina começa a ampliar seu campo de atuação e sua perspectiva sobre as doenças. Da dualidade causa-efeito entre o corpo material e espiritual, a medicina passa a identificar uma série de fatores que podem causar doenças especificamente no meio urbano como o adensamento populacional e o crescimento desordenado. Uma série de medidas passam a serem tomadas para higienizar e disciplinar estes espaços, o conjunto destas ações podem ser entendidas como o nascimento de uma medicina social. Ver, FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, Capítulo V. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 4ª. ed.- Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 2016, p. 152-154.

²¹ Segundo Miranda (2017, p. 26-27), a teoria hipocrática concebe uma relação racional entre o meio ambiente e o estado físico e moral do indivíduo. A noção dos ares corruptos que degeneram os humores do corpo e provocavam as doenças surge com esta teoria. Podemos fazer uma associação com a doutrina dos miasmas, em vigor no século XIX- os princípios de ambos eram os mesmos- determinados locais eram (ou passaram a ser) percebidos como focos de doenças, dadas as condições socioambientais que apresentavam. Sobre a teoria galênica, muito aceita na Idade Média pela Igreja, ela afirmava que “o corpo nada mais era do que um mero instrumento da alma”, ou seja, a noção de que as razões espirituais para as doenças passaram a prevalecer neste período. Por este aspecto, podemos inferir que a origem divina e a percepção da doença como castigo divino passaram a ter o mesmo simbolismo que possuíam na antiguidade, quando associava as causas das doenças à manifestações mágicas, sobrenaturais ou à ira dos deuses.

capital para tanto. Porém, nos oitocentos, ocorreu uma mudança significativa: se anteriormente os pais estudaram na cidade de Coimbra, em Portugal, os filhos serão enviados para a França, onde iriam adquirir os conhecimentos médicos “na [...] medicina francesa que preconizava uma medicina de cunho social e voltada para os problemas urbanos” (SANTOS, 2009, p. 83). São estes profissionais aportam no Brasil cheios de ideias e ansiosos por aplica-las.

No entanto, inserir o Brasil no círculo dos países civilizados seria necessário angariar uma considerável soma de recursos e importar profissionais que pudessem colaborar com o progresso e alterar o *status quo* existente. Tal qual ocorre em outras importantes cidades brasileiras nos fins do século XVIII e em todo século XIX, o meio urbano do Recife passa a ser repensado e sofreu com diversas intervenções estruturais, que modificaram as relações dos indivíduos com a cidade e será mais notória a presença estatal. Além de ordenar, disciplinar e regulamentar será preciso arejar, escoar, drenar, limpar e sanear o ambiente citadino, precisou-se atacar a origem dos problemas sanitários e, logo, das doenças por diversas frentes de trabalho.

O novo conceito de progresso chegou associado à limpeza, à higiene e à salubridade dos espaços de convívio. Empresas de capital inglês e seus profissionais chegam atraídos pelo monopólio dos serviços prestados e pela possibilidade de oferta de matérias-primas, como os minérios, tão necessários à produção industrial. Este monopólio consistiu na implantação e administração dos (até então, inexistentes ou realizados de forma precária) serviços públicos em diversas províncias, a exemplo dos bondes, da iluminação elétrica, das ferrovias, do fornecimento de água potável, etc. Moderno era agir, pensar, criar e negociar como os ingleses. Já o francês, foi trasladado no trato entre os indivíduos, nos gestos refinados, nos hábitos de se vestir, de modelar a casa, na educação formal e na língua falada.

A língua francesa era a segunda mais utilizada, inclusive nos periódicos. Absolutamente necessária dentro das altas rodas sociais, era também a língua dos livros importados de arquitetura, engenharia, medicina, botânica, os quais eram lidos pelos estudantes e profissionais no original pois os mesmos já possuíam o domínio e a fluência do francês consequência da educação que tinham desde cedo. (CARVALHO, 2002, p. 87)

Recife era uma cidade que vivia entre o sonho e a realidade. O sonho dos gestores em modificar o panorama urbano e a difícil realidade de pôr em prática as ideias. Segundo SOUZA (2002, p. 135), ao ser editada, a Constituição Imperial de 1824 proporcionou mais autonomia para as vilas e cidades. Estas, através de suas câmaras, passaram a regular aspectos específicos relacionados ao ordenamento urbano, regulamentações que poderiam complementar, mas nunca se sobrepor aos atos da Assembleia Geral, composta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado e as Assembleias provinciais

As vilas e cidades brasileiras e, como tal, o Recife, passam a ser regulamentadas por leis provenientes dessas distintas instâncias – legislativas e administrativas – que se complementam para disciplinar as relações de domínio e ocupação da terra, a estruturação do espaço urbano, bem como a construção e o desenvolvimento das atividades na cidade. (SOUZA, 2002, p. 120)

E dentre as regulamentações, nasce a legislação que orientava sobre a criação de ambientes cemiteriais afastados do centro urbano, fruto da política higiênico-sanitarista, concebida em solo europeu, e do remodelamento do espaço urbano. As frequentes epidemias e a alta mortalidade que estas causavam suscitavam intensos debates sobre os perigos destas enfermidades e as discussões hibernavam nos períodos em que as doenças eram controladas. Porém os intervalos cada vez mais curtos entre as epidemias e o alto índice de mortalidade impactavam a rotina urbana: na segunda metade dos oitocentos é acelerada a implantação de propostas das comissões médicas e de higiene, dentre estas, o afastamento dos mortos do convívio com os vivos, que seria cristalizada na criação do novo cemitério público.

3.2- O Recife do século XIX e seus problemas.

No início dos oitocentos, a cidade do Recife passa da condição de vila para cidade em 1823 e para capital da Província de Pernambuco em 1827. Embora estivesse entre uma das três cidades do Segundo Império mais importantes e populosas²² do Brasil, a cidade apresentava características do

²²A ausência de documentação específica e dados estatísticos uniformes sobre a população da cidade do Recife provocam discordâncias entre as diversas fontes. Provavelmente sua

período colonial, especialmente quando voltamos nosso olhar para os serviços públicos. Estes não se constituíram em prioridade para os gestores, que centralizaram as primeiras ações “modernizantes” no reordenamento do espaço urbano.

O empenho na regularização do sistema viário e no embelezamento das edificações da cidade antecede as medidas adotadas para o abastecimento d'água, o esgotamento sanitário da cidade, cuja população permanece, até meados do século XIX, sendo abastecida por canoas d'água e despejando seus dejetos nos rios e no mar, através dos “tigres”, carregados pelos escravos. (SOUZA, 2002, p.180)

Configurando um cenário social de costumes, práticas e vícios dos séculos XVII e XVIII, as novas ideias modernizantes e transformadoras não se constituíam em uma realidade no cotidiano recifense: permaneciam no âmbito das idealizações dos gestores.

O Recife do início do século XIX transitava entre as transformações culturais, sociais e arquitetônicas e as permanências do seu passado colonial. Segundo o historiador Wellington Barbosa, o Recife do século XIX continuava

população girava em torno de 100.000 pessoas- segundo SIAL (2005, p. 43), dividiam-se nascidos na terra, estrangeiros, população livre pobre e escravos), divididas em 09 freguesias. Muitas obras consultadas durante este trabalho reclamam da insipidez dos números e dos dados sobre o Recife, para tanto os autores recomendam cruzar diversas fontes, tais como os registros de nascimentos, de batizados, de casamento e de óbitos e portuários. Sobre o Recife no século XIX, ver CARVALHO, Marcus. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo**. Recife, 1822 – 1850. Ed. Universitária da UFPE, Recife: 2002.

Sobre as estatísticas populacionais e dados demográficos, consultar:

FILHO, Heitor Pinto de Moura. **Estatísticas Demográficas. Pernambuco (1838-1888)**; Trabalho apresentado ao II Congresso Português de Demografia, Lisboa, set/ 2004. Disponível em: <<file:///e:/estat%c3%8dsticas%20demogr%c3%81ficas.%20pernambuco%201838-1888.pdf>> Acesso em 21/11/2017.

Para os aspectos sociais, ver: MELO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**; Vol. II, Rio de Janeiro-RJ: Gráfica O Cruzeiro, 1975.

Disponível em: <<https://archive.org/details/diariope1840vol1/page/n0>> Acesso em 23/10/2018.

Sobre o levantamento populacional e divisão política administrativa ver os trabalhos abaixo:

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco (1809-1878)**,

Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2000_00120.pdf>

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**-Typografia M. F. de Faria. Pernambuco Tomo I-1844. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221727>> Ambos acessos em 05/01/2017.

usufruindo dos melhoramentos urbanísticos observados durante o período nassoviano. A cidade, deficitária de progressos urbanos, “ainda convivía com monturos de lixo, matas fechadas e a lama dos alagados” (SILVA, 2003, p. 13). No meio urbano, as ruas eram estreitas e mal calçadas, as moradias não seguiam uma lógica construtiva e os moradores tendiam a aumentar os pavimentos verticalmente. Cada proprietário procurava ocupar o máximo de espaço possível, aproveitando, inclusive, as paredes dos imóveis vizinhos, sem que houvesse qualquer intervenção por parte da gestão municipal.

A Lei Imperial de 1828 delegou às câmaras municipais a função de polícia administrativa, ou seja, de ordenar, limpar e fiscalizar as áreas que lhe competia, “a questão estética assume, desde então, destaque nas ações municipais, inclusive nas posturas elaboradas” (SOUZA, 2002, p.153). Só a partir do final da década de 1830 é que serão regulamentadas as composições das construções, alturas e larguras das janelas e as proibições dos beirais, a fiscalização de novas construções e a criação de novas ruas, o disciplinamento do trânsito, o destino das águas servidas e de chuvas, dentre outros²³. Os hábitos aos quais estava acostumada a população, passaram a sofrer modificações.

As vendedoras de bolos ou de tapiocas sentam-se em plena via pública, os transeuntes param também ali e formam grupos em palestra demorada, e a todos mal interrompe uma carroça puxada por escravos sob o chicote do feitor... Veem-se com fartura cabras, porcos, cavalos, à solta. Um raro ônibus a luar dobra uma esquina. As pontes são de madeira. As varandas são de pau e quase não há rótulas nas janelas. Mas, depois, a cidade evoluiu: há pedras forrando o chão das ruas, há lampiões, são de ferro as pontes, passam bondes de burros, surgem berlindas e landaus, damas andam pelas calçadas, protegidas por sombrinhas, também varandas de metal, os bichos desaparecem, ficando apenas os cães, rareiam as negras de turbantes, e até a novidade da maxambomba, que leva tão depressa os passageiros de festas a Apipucos ou Caxangá [...] Um ônibus, dos de seis cavalos, parte cheio para o Recife... Vai muita gente no andar superior, e pitorescamente de pernas para fora. (SETTE, 1948, p.20)

Segundo SOUZA (2002, p. 130), o Recife, no século XIX, sofreu um significativo incremento populacional, passando de um número estimado de 34.000 habitantes em 1822, para 150.000 em 1893, sendo observado um aumento de cerca de 50% nos últimos vinte anos deste período. Os problemas

²³ Para aprofundamento sobre as medidas e ordenamentos, ver: SOUZA, Maria Angela de. **Posturas do Recife Imperial**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRPE. 2002, pag. 186-192.

estruturais da cidade foram evidenciados por causa deste aumento exponencial. Ocupados por séculos de forma desordenada, os mangues, os alagados e os pântanos eram considerados ambientes potenciais causadores de doenças por serem locais de decomposição de matéria orgânica e, portanto, foco de miasmas.

O acesso à água potável era insuficiente, obrigando os moradores ou seus serviçais a se deslocarem consideráveis distâncias às poucas fontes e chafarizes existentes e, mesmo assim, com água de qualidade duvidosa.

De muitas partes pode provir a água, mas nem todas oferecem as mesmas condições, e por isto devem ser examinadas. A população desta cidade faz uso das que procedem dos chafarizes e poços comuns; mas nem as daqueles são da melhor qualidade, em consequência de impregnarem-se de partículas férreas que se desprendem dos canos de transmissão [...]. (MELLO, 1975, pag. 807)

Os dejetos sanitários eram transportados ainda de forma arcaica pelos escravos e despejados nos rios e praias. Mau cheiro, mosquitos, além dos mais variados espécimes de insetos infestavam o ambiente citadino. Cães, gatos, porcos perambulavam pelas ruas revirando o lixo amontoado nos cantos de becos e travessas das ruas. Livrava-se do lixo doméstico de todas as formas: o lixo domiciliar poderia ser enterrado ou recebia o mesmo destino dos dejetos sanitários: os rios e as praias. As ruas da cidade consistiam em um ambiente essencialmente masculino sendo consideradas inapropriadas para as damas e sinhás. As ruas eram locais próprio para vendedoras de quitutes, escravos de ganho e trabalhadores livres.

A elite senhorial embora evitasse transitar nessa balbúrdia, não escapava de ser acometida pelas mesmas enfermidades que os seus subordinados. Em um ambiente onde a ciência médica era incipiente e os médicos existiam em número diminuto, apenas uma pequena parcela da sociedade podia pagar pelos serviços destes profissionais. Os poucos ambientes destinados aos tratamentos das enfermidades da população pobre eram providos pela caridade, oriundos quase em sua totalidade por instituições assistenciais ligadas ao catolicismo, como as Santas Casas de Misericórdia. Na verdade, cidadãos de diversas esferas sociais recorriam aos métodos curativos (ditos) “supersticiosos” que

contrariavam a ciência e o progresso civilizatório oitocentista. Podemos afirmar que práticas curativas conviveram por todo o século XIX (algumas até os dias atuais), com a medicina oficial e a fiscalização do Estado. Ainda segundo FARIAS (2016, p.189),

apesar da tentativa dos médicos de salvaguardar a exclusividade no seu espaço de atuação, curandeiros, benzedeiros, barbeiros sangradores e outros agentes de cura continuaram convivendo no Brasil com a medicina procedente da Europa durante todo o século XIX.

Observamos que esta desconfiança com a prática médica “oficial” e a empatia social com meios, digamos, alternativos de cura ocorriam em boa parte das principais cidades do Império, como atesta SAMPAIO (1995, p. 123).

Dentre os diversos problemas de saúde pública enfrentados pela Junta de Higiene, havia o delicado problema de “prática ilegal” da medicina uma pedra no meio do caminho dos higienistas [...], além de ameaçarem o sustento dos senhores médicos, constituíam também um empecilho para as autoridades higienistas, limitando o alcance de suas prescrições.

3.3- A sociedade da limpeza na prática: a criação do Cemitério do Bom Jesus da Redenção.

No entanto partir de 1840, o Recife começaria a transpor as barreiras do atraso e da insalubridade, segundo Mario Sette, as transformações seriam observadas “na arquitetura, na via pública, nos transportes, no movimento, nos tipos, nos trajes” (SETTE, 1952, p. 43). A própria municipalidade passou a disciplinar determinados costumes e atividades, bem como destinou locais adequados para determinadas atividades.

Locais para enterrar animais mortos: areal do Brum por um e outro lado; areal das Cinco Pontas ao correr do matadouro. Locais para açougues: Ruas da Guia e Fora-de-Portas a partir da primeira travessa à direita até o Pilar - Pátio do Paraíso, inclusive becos que dão saída na Rua de São Francisco - Casinhas da Ribeira do Mercado, e Açougue Público. Para Matadouro: o existente e os Coelhos. Para capim e lenha: Velho Pôrto das Canoas, Praça de Santo Amaro, outrora Mundo Novo. Para hortaliças e frutas: Rua da Cruz, Largo do

Paraíso, Ribeira e dentro da Ribeira da Boa Vista. Para soltar foguetes e bombas: Santo Amaro e Ilha de Ana Bezerra (SETTE, 1952, p.43-44).

Os tigres também teriam que adaptar-se aos novos tempos: os dejetos sanitários não poderiam mais ser despejados em qualquer lugar e foram determinados pontos específicos para tal atividade. Águas lançadas dos sobrados deveriam obedecer a um aviso prévio e repetido “água vai!”. Proprietários de residência foram obrigados a varrer a frente das casas diariamente, proibiu-se entrar na cidade montado em animais e de camisas fora das calças (!), além disto foram:

Proibidos carros pelas calçadas, carros sem luzes, galopes a cavalo, buscapés e ronqueiras, venda de aguardente a escravos, trânsito desses cativos depois de 9 da noite sem "bilhete dos senhores", tráfego de veículos nas quintas e sextas-feiras maiores, permanência de pretas quitandeiras em certos pontos da cidade, como por exemplo na calçada da Matriz da Boa Vista, onde faziam derriços com os negros [...] (SETTE, 1952, p.44).

Houve inúmeras queixas sobre a forma como as leis foram redigidas e estavam sendo aplicadas, o que ocasionou desavenças e conflitos devido à imposição destas posturas- embora necessárias; muitas normas alteravam, em diminuto espaço de tempo, práticas e costumes arraigados no seio social. Os fiscais designados a aplicar as medidas constantemente se viam em meio a impasses: ou eram as negras vendedoras de quitutes que se recusavam a sair dos locais agora proibidos, ou os carros de bois carregados de açúcar e outros produtos que insistiam em passar pelos caminhos proibidos para tal atividade passaram a disputar espaço com os bondes, e, não raro, provocavam acidentes.

Na gestão de Francisco do Rêgo Barros, o Barão²⁴ e depois Conde da Boa Vista, que governou a província de Pernambuco entre os anos de 1837 e 1844, foram criadas a Sociedade de Medicina de Pernambuco (1841) e o Conselho de Salubridade (1844). Profissionais europeus, em especial os franceses, passaram a ser requisitados para serviços em diversas atividades. É neste contexto que surge a figura de Louis Léger Valthier, engenheiro francês

²⁴ Para um melhor conhecimento sobre estes títulos nobiliárquicos, ver: COSTA, Antonio Luiz M. C. **Títulos de Nobreza e Hierarquias**: um guia sobre as graduações sociais na História. Ed. Draco; São Paulo: 2014.

que em 1840 chega para ocupar a chefia do departamento de Obras Públicas, para resolver ou minimizar o problema de abastecimento de água. Foi contratado pela Companhia Beberibe, que detinha o monopólio dos serviços de abastecimento de água no Recife, o também francês Júlio Boyer. Para estas obras e novos empreendimentos “o trabalho assalariado, típico da França, moderna e industrial, passou a ser incentivado, em contraponto ao trabalho escravo, considerado de má qualidade (CARVALHO, 2002, p. 84).

Uma das medidas de Valthier, que desagradou determinados setores da sociedade, foi a implantação de uma numeração das residências seguindo padrões parisienses e normatização de placas de ruas. Começariam a desaparecer, mas não totalmente, expressões como: “o beco que vai para a igreja ou rua do sobrado amarelo de azulejos” (SETTE, 1952, p. 46). Nesta gestão, viu-se uma profusão de melhoramentos urbanos: ruas calçadas e mais largas, definição do perímetro para a construção de ruas e travessas, além da água encanada. Em 1858, já se observavam vasilhas de lixo à porta das casas das residências:” a vasilha do lixo à porta, farejada pelos cães vadios, demonstra que já existe uma carroça coletora dêsses restos de varreduras e de cozinha” (SETTE, 1952, p.22) e para quem pudesse pagar, um sistema de coleta de esgotos privados, providenciado por uma das inúmeras companhia inglesas que se estabeleceram no Recife com o objetivo de melhorar o aspecto urbano. O trabalho dos tigres estava com os dias contados. Mas estas mudanças e melhorias nem sempre agradavam.

Há quem se contrate para um serviço de esgotos. As sujidades dos domicílios, escoar-se-ão pelos canos. [...] “Esses ingleses” não têm mais o que inventar! O “vapor” de terra, o gás encanado, e agora o esgôto. Um pessimista, porém, resmunga: - “Vão se fiando. Os ingleses tomam conta da terra por baixo, e acabam tomando-a por cima como os holandeses”. (SETTE, 1952, p. 22)

Se para o morador varrer a frente de sua residência ou seu estabelecimento comercial foi preciso legislar, imaginemos como deve ter sido difícil mudar outros hábitos secularmente estabelecidos, como o costume de inumar os falecidos nos templos. Por isto, a medida de Valthier que desagradou parcela considerável da sociedade foi o projeto do cemitério público municipal. Na verdade, o projeto de construção do cemitério público remontava ao começo

do século XIX. Muitos defendiam o projeto, porém nenhum gestor público, por questões religiosas e/ou políticas, teve coragem de leva-lo adiante.

[...] no mesmo ano de 1830, a Câmara Municipal do Recife, em correspondência dirigida ao Presidente da Província de Pernambuco, comunicava a pretensão de construir um cemitério para atender ao disposto no inciso 2 do artigo 66 da Lei de 1º de Outubro de 1828, que expressava a necessidade de estabelecer cemitérios fora dos recintos das igrejas. Apresentava [também] uma série de alternativas de terrenos, submetendo-as à aprovação do referido Presidente, mesmo em se tratando de atribuição sua, claramente expressa na lei de 1828. (SOUZA, 2002, p. 117)

Mesmo após a aprovação da Lei 91/1841 que autorizava sua construção (SIAL, 2005, p.99), sua construção não se configurou em prioridade, o teatro municipal veio primeiro.

O primeiro critério estabelecido era que os terrenos deveriam estar afastados suficientemente do perímetro urbano, mas não tão distante que pudessem dificultar seu acesso, situar-se em uma região de terreno seco e dada a “bons ventos” que pudessem levar para longe os miasmas. Alguns terrenos indicados localizavam-se em uma região praticamente desabitada denominada Cabanga [...], o lugar de Santo Amaro [...], bem como o aterro dos afogados e talvez um na freguesia da Boa Vista (Apud SOUZA, 2002, p.117, 118). O certo é para que o cemitério pudesse ser construído precisava atender a alguns requisitos imprescindíveis ao seu estabelecimento, segundo as características da Ordem Régia de 1801, “o terreno deveria ser seco e que sua terra não dificultasse a decomposição dos cadáveres (SIAL, 2005, p. 103)”.

Nem mesmo a criação do Conselho de Salubridade Pública em 1845 conseguiu evitar a epidemia de febre amarela em Pernambuco em 1849. Instituições semelhantes foram concebidas em outras províncias do Império com a mesma finalidade, como relata CHALHOUB (1996, p. 62): em 1850, cerca de 266 mil habitantes no Rio de Janeiro contraíram febre amarela, o número de óbitos, 4.160 pessoas, foi possivelmente subestimado. A mesma localidade, em 1855, seria vitimada por um surto do *cólera morbus*. Não faltaram teorias que atribuíssem ao castigo divino o acometimento por tão graves doenças que mesmo acometendo uma maior número de pessoas de origem humilde também não poupava a elite senhorial (CHALHOUB, 1996, p. 62 e 63). Os cemitérios nos templos católicos passaram a sofrer resistência nas diversas províncias. Ao

abordar os eventos que antecederam a criação dos espaços cemiteriais extramuros na cidade do Rio de Janeiro, LIMA (1984, p.89) apresenta o aspecto sanitário como tema preponderante.

Entre outros possíveis focos [de doenças], cadáveres passaram a ser considerados como perigosos transmissores de doenças, evitando-se o contato direto com eles. Os sepultamentos *ad sanctos*, feitos até então em terrenos adjacentes às igrejas, começaram a ser combatidos como prováveis fontes de infecções e epidemias, estabelecendo-se com força crescente uma relação de causa e efeito entre cadáveres e proliferação de doenças.

No Recife, a zona portuária consistia em ambiente essencial à atividade econômica e a intercomunicação entre as províncias. Comercialmente, a região portuária recifense era imprescindível para a província, porém para os sanitaristas, também representava risco de disseminação de doenças, especialmente as embarcações e tripulações oriundas de ambiente que reconhecidamente estavam sofrendo com surtos como os de febre amarela ou cólera. Em caso de suspeita, a embarcação era (ou deveria ser) fiscalizada pelo Conselho de Salubridade ou seguir o regulamento de inspeção própria do porto que, através do inspetor de saúde, deveria verificar a ausência ou não de doentes e possíveis riscos. Constatado o perigo, a embarcação era posta em quarentena como medida preventiva. Entretanto, a fiscalização era falha e muitas vezes, realizadas sem o esmero necessário às condições de saúde da tripulação e sanitária das embarcações. Foi este descaso aliada às condições estrutural e sanitária da cidade que possivelmente colaborou com a epidemia de febre amarela no Recife em 1849.

Os eventos epidêmicos por certo eram noticiados e os efeitos nocivos das doenças e a repercussão negativa que estas causavam corroboravam com o discurso dos higienistas que mesmo sem a comprovada relação da morte de determinado indivíduo com os miasmas atestavam a informação como verdadeira. No meio social, passou-se a evitar ajuntamento de pessoas em demorado e sem necessidade- justificavam os higienistas que a aglomeração “sem necessidade” de pessoas era a oportunidade propícia para que os miasmas atuassem e as enfermidades infectocontagiosas contaminassem as pessoas, o

que, segundo (REIS, 1991, p.248), “[...] as doenças deixavam de ser um castigo de Deus para se tornar num mau natural contagioso, talvez epidêmico”.

Ainda segundo o autor acima citado, sob esta pressão é redigida no Brasil Imperial a Carta Régia de 14 de janeiro de 1801, que respondia a uma queixa recebida pela Coroa contra os enterros “nas Igrejas que ficam nas Cidades Populosas dos Meus Domínios Ultramarinos” (REIS, 1991, p.274). Ainda sob a administração de D. Pedro I, em 1828, foi publicada a primeira legislação acerca da construção dos cemitérios extramuros nas províncias; na verdade, a legislação ia além.

A legislação imperial concedia aos municípios o direito de legislar sobre estrutura, funcionamento, eleições e outras matérias pertinentes às Câmaras municipais- em doze parágrafos se detalhava o universo a ser legislado: determinava a limpeza, alinhamento de ruas, iluminação, concertos, segurança dos logradouros públicos (retirar das ruas os loucos, os embriagados, os animais ferozes e os danados). (REIS,1991, p.275)

A implantação das novas concepções higiênico-sanitárias não atingiu as províncias de modo homogêneo. Por precaução, deveriam ser observadas as especificidades de cada uma a fim de evitar os problemas verificados na cidade de Salvador, em outubro de 1836, no episódio denominado por REIS (1991), cemiterada. No caso pernambucano,

O texto projeto n.º 7/1840 era permeado de ideias higienistas, que buscavam acabar com os miasmas oriundos dos cadáveres [...] determinava recomendações para a construção do cemitério, cujo projeto deveria ser acompanhado por uma comissão formada por três médicos e um engenheiro, nomeada pela presidência da província (SIAL,2005, p.90).

Notadamente, dentre os membros da comissão não houve nenhum representante da Igreja, o que não implica dizer que foi tolhido o direito desta instituição de participar deste processo de discussão. A mediação foi realizada pelos próprios legisladores, também fiéis católicos, que tratavam dos interesses da Igreja e do Estado.

Retirar bruscamente das Igrejas o direito de enterrar os seus fiéis, causaria problemas devido à ruptura dos costumes fúnebres, ruptura passível de criar uma instabilidade social. O novos costumes e práticas fúnebres a serem

implantadas procuraram equilibrar-se entre a fé e a razão; a processo de inumação deveria atender aos padrões sanitários e ao mesmo tempo não atentar contra os princípios religiosos. A proposta de construção de uma capela dentro do novo espaço teve a finalidade de atenuar esta ruptura e atribuir um caráter sagrado ao novo espaço.

Coube ao presidente da Província aprovar os trabalhos da comissão técnica, fiscalizar o andamento da obra, aprovar suas contas e nomear o administrador do cemitério. Mesmo com a utilidade e a aprovação da Lei n.º 91/1841, a (alegada) falta de verba do Governo Municipal foi o entrave para a construção, o que fez com que a Lei fosse ignorada por quase dez anos, sendo permitido o enterro nas igrejas neste período, ato realizado muitas vezes pela municipalidade sempre que surgia a necessidade (SIAL, 2005, p.98).

O debate referente à construção do cemitério só voltaria à tona com a epidemia de febre amarela em 1849, que provocou alta morbidade. Esta epidemia seria mais uma entre os sucessivos surtos epidêmicos que atingia a população. Porém os intervalos entre estes surtos eram cada vez mais curtos e, aparentemente, junto a cada nova epidemia, um número crescente de óbitos ocorria, os quais, democraticamente, atingiam todos os estratos sociais. Nunca esqueçamos que população pobre livre e as pessoas escravizadas eram as mais acometidas. Estes indivíduos executavam atividades essenciais ao cotidiano citadino, sendo mais expostos ao contágio, pois transitavam em todos os ambientes que muitos evitavam, eram eles: carregadores, sapateiros, cocheiros, canoieiros²⁵, dentre outras atividades: “paradoxalmente os cativos eram vistos como presença essencial para a manutenção dos serviços diários da cidade, e ao mesmo tempo representavam uma ameaça à saúde pública” (FARIAS, 2012, p.174).

O cemitério público recifense surge neste período de enorme turbulência social, provocada pelo temor do contágio e alta mortalidade que as doenças

²⁵ Para melhor compreensão socioeconômica sobre o papel das canoas no Recife oitocentista, ver os seguintes trabalhos: MILFONT, Magna. As Canoas Negreiras No Recife Oitocentista: Permanências e Rupturas na Organização do Transporte Fluvial. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**; João Pessoa: 2003. PPGDU- DAU/ UFPE; MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana. In **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Publicação feita em Convênio com o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura. Vol. L. Recife, 1978. Pág. 67 – 103. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn001455.pdf>>

provocavam. Para padronizar as medidas saneantes que deveriam ser implantadas na cidade e inibir práticas e atividades não conformes, em 04/04/1841 foi criada a Sociedade de Medicina de Pernambuco, que de acorde com os Anais desta Sociedade em 1842, p. 4:

Compõe-se a Sociedade de Médicos, Cirurgiões e Pharmaceuticos, formando as classes de Sócios effectivos e correspondentes; admite em seu grêmio, na qualidade de membros honorários, aquellas pessoas, que, posto que estranhas ás sciencias médicas, são com tudo respeitáveis por seu saber e instrucção em qualquer dos outros ramos dos conhecimentos humanos; na mesma cathegoria ainda recebe aquellas que tem prestado relevantes e assignalados serviços á humanidade.

Em 1845, foi criado o Conselho de Salubridade Pública²⁶ tendo como presidente o médico Joaquim de Aquino Fonseca. Dentre as diversas atribuições, deveria fiscalizar tanto dos espaços destinados aos sepultamentos nas igrejas, quanto da forma em que eles eram realizados.

Entre as formas de sepultamentos observadas, as covas eram as que mais preocupavam os higienistas. Muitos preocupavam-se com estes tipos de enterramentos e com a propriedade do terreno destinado a este fim. TELES (1800, pag. 17,18), ao recomendar ao Imperador Pedro II a criação dos cemitérios extramuros, enumera diversos tipos de terrenos e suas características, se mais poroso e móvel, se mais areento, se mais argiloso, mais calcário ou misto, para a instalação do cemitério extramuros.

Para estimar a área do cemitério público, não existiam dados estatísticos sobre a população recifense. Tomou-se por base uma população de 60.000 habitantes, em fins da década de 1840; para adotar uma boa margem para efeitos de cálculo e com a finalidade de se evitar surpresas, foi pensada uma população em torno de 100.000 habitantes, com expectativa de vida em torno de 25 anos. “A área calculada total do cemitério incluindo os espaços para enterramentos, ruas, capela e prédios administrativos foi de cerca de 93.000 m²”

²⁶ Para melhor compreensão acerca da criação do referido órgão e da sua finalidade, ver: SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do CFCH-UFPE, 2002, p. 213. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7277>>

Sobre a criação de uma nova abordagem médica do Estado, ver: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2016, p.46.

(SIAL, 2005, p.102). Segundo a concepção médica da época, o período mínimo de ocupação de uma sepultura seria de três anos, o que proporcionaria maior rotatividade destas.

O movimento sanitarista teve papel decisivo na implantação dos cemitérios extramuros nas principais cidades do Império brasileiro. O combate à imundície e às doenças assumiram o centro das discussões e orientaram as práticas higiênico-sanitárias que foram impostas para alterar o panorama nestas cidades, dentre elas a capital do Império, que, mesmo sendo o maior centro político, sofria com problemas estruturais e sanitários.

Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro era uma cidade exposta a toda sorte de contágios e assolada por uma sucessão de epidemias de cólera, febre amarela, varíola, em meio à mais absoluta falta de higiene, com todos os tipos de dejetos (inclusive cadáveres) lançados diretamente nas praias e nas ruas, sem esgotos sanitários e permanentemente bafejada por "miasmas pútridos" (LIMA, 1994, p.90).

Em 1856, a cidade do Recife é acometida pelo *cólera morbus*, embora a doença não fosse exatamente uma novidade nestas paragens. Enquanto as pessoas adoeciam e morriam, higienistas, sanitaristas e médicos ainda discutiam, se a contaminação se dava pelo contágio ou por infecção.

No século XIX, as teorias sobre contágio e infecção dividiam a opinião dos médicos europeus e brasileiros, que tentavam explicar a forma de propagação das doenças epidêmicas. Sobre o cólera, não havia unanimidade entre os médicos para explicar as suas causas. Alguns acreditavam em contágio por meio de micro-organismos e outros defendiam a teoria dos miasmas (FARIAS, 2016, p.192).

Segundo SIAL (2005, p. 165), ao apresentar dados sobre a criação do cemitério, narra que este “foi inaugurado, ainda inacabado em 1.º de março de 1851, sem o portão principal. Neste evento, foi inumado o corpo de um recém-nascido, de cor preta e provavelmente filho de escravos, com dois dias de nascido, de nome Francisco”. Ainda segundo a referida autora, o livro de assentamentos de óbitos não informava se ela tinha sido batizado antes de falecer; ou seja, apesar de toda vigilância da Igreja, é possível que um pagão tenha sido enterrado no primeiro dia de funcionamento do cemitério. Podemos

entender a “vista grossa”, pois este fato dependia do entendimento social e religioso predominante na época em questão, via regra geral os enterramentos das crianças até 07 anos obedeciam a critérios próprios, sendo estas, consideradas anjinhos²⁷.

O cemitério público recifense surge em paralelo a outras necrópoles extra-muros por todo Império na gestão de D. Pedro II. Os hábitos e costumes dos indivíduos são readaptados ao gosto das elites, que a grosso modo continuou privilegiada nestes espaços, segundo MOTTA (2009, p. 75),

[...] o gosto pela sepultura individualizada tornou-se importante referência para as elites brasileiras urbanas, que logo se adaptariam aos novos padrões de uso e apropriação dos espaços cemiteriais, assim como de suas lógicas de enterramento.

SIAL (2005, p. 191 e 192) cunha a expressão “lugares sociais dos mortos” para designar os espaços que a sociedade recifense passou a ocupar no Cemitério Público. A autora relata em seu trabalho que as covas rasas são ocupadas pela população pobre livre ou escravizada; as catacumbas, pelo indivíduo economicamente médio e os jazigos perpétuos, pela elite senhorial e política pernambucana que investiam na construção e concepção artística destes. Ainda segundo a autora

Há no Cemitério Público mausoléus, construídos ainda nos oitocentos, que são verdadeiras capelas particulares, onde se reafirmou dentre outras coisas, a necessidade de inumar-se sob o abrigo de uma espaço sagrado. Já que era proibido enterrar-se dentro das igrejas da cidade, porque não levantar uma “igrejinha” no cemitério? (SIAL, 2005, p. 192)

Embora públicos, os novos cemitérios seguiam à orientação política e religiosa do I Império no Brasil, que segundo sua Constituição política de 1824, estabeleceu a religião católica como oficial (Tít. 1º; Art. 5º.). A Igreja controlava as inumações para impedir o acesso de infiéis ou hereges ao recinto, fato que ocorreu com General José Ignácio Abreu e Lima, figura ilustre por sua participação na independência política da América Latina e filho do Padre Roma,

²⁷ Para melhor compreensão sobre estes ritos e práticas próprias a serem observadas no enterramento das crianças, ver: VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina**. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). Ed. Alameda; São Paulo: 2010.

que, por discordar de determinadas práticas e dogmas católicos, teve sepultura negada²⁸. Estes ambientes também era interditados para os suicidas²⁹, previsto nas Constituições primeiras, salvo se comprovada a alienação mental ou arrependimento do suicida.

O projeto dos cemitérios oitocentistas buscavam adequar o bom gosto à utilidade do espaço, MOTTA (2008, p. 41) atesta que em muitas cidades importantes do Império não são construídos apenas um, e sim dois e até três cemitérios no intervalo compreendido de 1850-60, como o caso do Rio de Janeiro, então sede da Corte, que recebe o Cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, em 1850, o cemitério São Francisco Xavier, em 1851 e o Cemitério de São João Batista, em 1852, e que cada espaço apresenta características de ocupação socioeconômicas específicas.

Embora não tivesse um concorrente do seu nível arquitetônico³⁰, o Cemitério Público do Recife, ao permitir construções em seus domínios, provocou uma disputa implícita entre as famílias mais afortunadas pelos melhores locais: mais valorizados eram os que se localizavam próximos à capela e às avenidas. Se nos templos haviam restrições para as construções tumulares, para se evitar os exageros mundanos, no cemitério público foi permitida a construção que foi associada a uma produção artística fúnebre inspirada no neoclassicismo e realizada por artistas contratados para tal trabalho. O cemitério público aos poucos foi sendo acomodado no cotidiano recifense e este passou a ser notado nele na sua forma de ocupação. Da burguesia rural decadente, que primeiro ocupou seu espaço com construções modestas aos barões do açúcar e a imponência e beleza artística dos seus Jazigos, tal como ocorria nos templos católicos, os espaços foram sendo ocupados gradativamente segundo a condição social e principalmente econômica do requerente³¹.

²⁸ Ver: o desenrolar deste problema em SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das Igrejas ao Cemitério**: Políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP: [s.n.] 2005, p. 249-255.

²⁹ Ver: CANARIO, Ezequiel David do Amaral. Por que eles se suicidam? As representações sobre os suicídios de escravos no Recife Oitocentista. *In* **História da Escravidão em Pernambuco**. Organizadores: CABRAL, Flávio Gomes de; COSTA, Robson. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 213-240.

³⁰ Ver: SIAL (2005, p. 165-172) sobre a criação de novos cemitérios nas regiões administradas pelo Recife e pela cidade de Olinda.

³¹ Sobre este processo de ocupação do espaço, ver: Motta, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros; **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 24,

CONCLUSÃO

O medo e a histeria perante o inimigo desconhecido são inerentes a qualquer coletividade. Nas sociedades analisadas, percebemos o estabelecimento de uma estreita relação entre a doença e a morte, como intrínsecas ao processo natural da vida a que todos os integrantes estavam sujeitos. Não lhes causavam desespero e temor a doença comum e a morte esperada. Podemos aferir, ainda hoje, em nossas próprias atitudes quando uma febre não nos amedronta ou consideramos evento rotineiro quando uma gripe ataca a todos em sequência em uma mesma família. Não há temor enquanto a situação estiver sob o nosso controle. Atemoriza-nos a moléstia que evolui fora dos padrões que conhecemos, que se alastra para do meio familiar, para o meio social próximo e deste para a cidade.

Na Antiguidade greco-romana, no medievo ocidental ou no Recife oitocentista, não havia nada mais desesperador para um indivíduo do que observar a morte ceifar pessoas próximas sem que houvesse uma explicação plausível. Neste sentido, temia-se que as doenças saíssem do controle- as epidemias atemorizavam mais do que as próprias mortes que causavam, pois retiravam as sociedades do frágil equilíbrio em que estavam fincadas. Para restaurar este equilíbrio atribuído à ira e ao castigo imposto pelo(s) deuse(s), recorre-se a cerimônias e rituais para tentar restaurar este equilíbrio, e assim, acalmá-los; buscam-se meios de prevenir, utilizando-se de artifícios conhecidos e ineficazes para esta enfermidade; evita-se o contato e a proximidade com os doentes e os estranhos... tudo em vão: o cotidiano social foi modificado por um micro-organismo desconhecido.

Embora parecendo-nos distantes no tempo e no espaço, ao analisarmos historicamente os gestos e rituais fúnebres nas diversas sociedades ocidentais, percebemos similaridades mesmo considerando as particularidades existentes em cada corpo social em seu devido tempo histórico. O catolicismo romano é o elemento principal no ocidente que permite-nos estabelecer comparações entre diferentes culturas, por motivos de poder e influência que os dogmas católicos exerceram nas diferentes formas de organizações sociais em distintos tempos

históricos. Verificamos readaptações dentro do próprio discurso do catolicismo romano para atender às demandas surgidas, como o estabelecimento do purgatório, um espaço intermediário entre o céu e o inferno, a inumação nos templos religiosos e a explicação fundamentada nas passagens bíblicas para as enfermidades que acometiam os indivíduos.

Readaptando-se novamente, o costume “pio e louvável” de inumar os mortos nos templos religiosos, foi revisto, pois o contato dos vivos com os mortos, antes benéfico, passou a representar perigo de morte. E mesmo não sendo uma unanimidade, novas práticas relacionadas à morte e ao morto se estabeleceriam no seio da Igreja e o que permitiu estas mudanças nos oitocentos foram as epidemias e o alto índice de mortalidade que estas causavam. Um novo tempo se anunciava: as doenças deveriam ser combatidas na sua origem e os velhos costumes deveriam ser modificados. Podemos afirmar que o Cemitério Público do Recife se origina no pavor social aos efeitos danosos que as epidemias causavam. A necessidade de remodelar o espaço urbano seria pano de fundo para alterar a relação entre os vivos e mortos na cidade. O contato entre ambos passou a significar possibilidade de infecção. Tornou-se urgente a criação de um cemitério fora do perímetro urbano recifense.

Em nossas leituras, percebemos que as atitudes com a morte são fundamentadas pelas relações culturais e pela perspectiva religiosa que cada meio social institui. Porém, mesmo exercendo rígido controle sobre o seio social, os indivíduos elaboraram sua teia de sociabilidade e adaptam as normas pré-estabelecidas à sua realidade. Poucos eventos são tão significativos quanto a relação das sociedades com a morte e o morto. Os rituais e as cerimônias envolvidas se configuram em expressiva forma de identidade cultural.

Por fim, ao estabelecermos relação dos costumes fúnebres de diversas sociedades com os do Recife oitocentista, sobretudo quando identificamos nestas a presença do catolicismo romano, notamos similaridades entre hábitos e atitudes fúnebres, mesmo considerando os recortes social e temporal e especificidades inerentes a cada cultura e modelo social, que adaptam e condicionam normas à realidade vivida. Esperamos com este trabalho contribuir com o entendimento dos ritos e costumes fúnebres na sociedade recifense, suas relações com a religião católica cristã, mas sobretudo, as interações socioculturais entre os indivíduos e o avanço das ciências no século XIX.

REFERÊNCIAS

Annaes da Medicina Pernambucana, Recitado pelo Senhor Doutor Antônio Peregrino Maciel Monteiro, Ano I, Número I, 1842. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/819166/per819166_1842_00001.pdf> Acesso em 23/10/2018.

ANÔNIMO. **A Morte Suave e Santa, ou preparação para a morte**. Obra recompilada dos santos padres e de gravíssimos authores em autoridade e letras, I e II parte. Régia Officina typografica. Lisboa, 1781. Disponível em: <<https://archive.org/details/amortesuaveesan00unkngoog/page/n9>> Acesso em 23/10/2018.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. São Paulo, SP: Editora Ediouro, 2003.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. A Cidade e o Cemitério: uma experiência em Educação Patrimonial. UEMG/Escola de design In **Revista M, vol. 1 num.1**. Rio de Janeiro-RJ, 2016. Disponível em: < Acesso em 15/10/2018.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo-SP: Ciranda Cultural Edit. e Dist. Ltda. 1ª. edição, 2007.

BECKER, Ernest. **A Negação da Morte**. Editora Record. São Paulo, 1973. Disponível em:

<<https://projetoaletheia.files.wordpress.com/2015/09/a-negac3a7c3a3o-da-morte-ernest-becker.pdf>> Acesso em 23/10/2018.

BORGES, Maria Elizia. OLIVEIRA, Julliana Rodrigues. Retratos Memoriais: Nascimento/Morte da Linhagem Familiar Burguesa. In **Revista Fênix**, Vol. IX Ano IX número 2. Disponível em:

<http://www.revistafenix.pro.br/pdf29/dossie_artigo_4_maria_elizia_borges_e_julliana_rodrigues_de_oliveira_mai_jun_jul_ago_2012.pdf> Acesso em 20/11/2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da História Ou o Ofício do Historiador**. Tradução: André Teles. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1646938/mod_resource/content/1/Texto%201%20%20Apologia%20da%20Hist%C3%B3ria%20ou%20o%20Of%C3%ADcio%20do%20Historiador.pdf>. Acesso em 29/12/2108.

CABRAL, Flávio Gomes de; COSTA, Robson (Orgs.) **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. **A Escrita da História**: Ensino Médio: Volume Único. São Paulo: Editora Escala Educacional, 1ª edição; 2005.

CARVALHO, Gisele Melo de. **Interiores Residenciais Recifenses**: a cultura francesa na casa burguesa do Recife no século XIX. Dissertação apresentada ao PPG-UFPE, 2002. Disponível em:

<<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7699>> Acesso em 29/12/2019.

CARVALHO, Marcus. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822 – 1850. Ed. Universitária da UFPE, Recife-PE: 2002.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. Por que eles se suicidam? As representações sobre os suicídios de escravos no Recife Oitocentista. *In* **História da Escravidão em Pernambuco**. Organizadores: Flávio Gomes de Cabral; Robson Costa; Ed. Universitária da UFPE, Recife-PE: 2012, p. 213-240.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: epidemias e cortiços na corte imperial. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1996. Disponível em: <<https://www.pdf-archive.com/2015/11/18/cidade-febril-sidney-chalhoub/>> Acesso em 23/10/2018.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular**. Volume Primeiro A—F. Pariz, 1890. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947>> Acesso 23/10/2018.

Constituição Política do Imperio do Brazil (25/03/1824) -versão atualizada; Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados; Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>> Acesso em 05/04/2018.

COSTA, Antonio Luiz M. C. **Títulos de Nobreza e Hierarquias**: um guia sobre as graduações sociais na história. 1ª. edição. São Paulo: Ed. Draco, 2014. Disponível em:

<[http://leragora.jequajato.com/Antonio%20Luiz%20M.%20C.%20Costa/Titulos%20de%20Nobreza%20e%20Hierarquias%20u%20\(1762\)/Titulos%20de%20Nobreza%20e%20Hierarquia%20%20Antonio%20Luiz%20M.%20C.%20Costa?chave=1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf](http://leragora.jequajato.com/Antonio%20Luiz%20M.%20C.%20Costa/Titulos%20de%20Nobreza%20e%20Hierarquias%20u%20(1762)/Titulos%20de%20Nobreza%20e%20Hierarquia%20%20Antonio%20Luiz%20M.%20C.%20Costa?chave=1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf)> Acesso em 05/01/2019.

COSTA, G. S da; CASTRO, V. M. C. de. Patrimônio Funerário do Cemitério Histórico de Santo Amaro, Recife-PE. Estado de Conservação dos Primeiros In: **Fudhamentos**, Vol. XII, 2015. Disponível em: <http://www.fumdam.org.br/wp-content/uploads/2016/09/3-patrimonio-funerario-do-cemiterio-historico-de-santo-amaro-no-recife-estado-de-conservacao-dos-primeiros_tumulos.pdf?x49464> Acesso em 21/11/2017.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente (1300-1800): Uma cidade Sitiada**. Tradução: Maria Lúcia Machado; Tradução de Notas: Heloísa Jahn. Companhia de Bolso. 2009, 695 pag.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos**. Tradução Michel da Silva; Maria Regina Lucena Borges-Osório. Revisão do texto em português Ester Mambrini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>> Acesso em 21/11/2017.

FARIAS, Rosilene Gomes. O Recife em Tempos de Epidemia, *In Uma Cidade, Várias Histórias: o Recife do Século XIX.* / Org. Wellington Barbosa da Silva. Recife: Ed. Bagaço, 2012.

FARIAS, Rosilene Gomes. Epidemia e Poder no Recife Imperial In **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**; nº. 34.1 (2016). Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/25039/20282>> Acesso em 15/12/2018.

FILHO, Heitor Pinto de Moura. **Estatísticas Demográficas de Pernambuco (1838-1888)**; Trabalho apresentado ao II Congresso Português de Demografia, Lisboa: set/ 2004. Disponível em:

<<file:///e:/estat%c3%8dsticas%20demogr%c3%81ficas.%20pernambuco%201838-1888.pdf>> Acesso em 21/11/2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão Técnica de Roberto Machado. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 2016. Disponível em:

<https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/a_microfisica_do_poder_-_michel_foucault.pdf> Acesso em 23/10/2018.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Grécia e Roma** / 2ª. ed. São Paulo: Editora Contexto. 2002. Disponível em: <<https://geopraxis.files.wordpress.com/2016/03/livro-grc3a9cia-e-roma.pdf>> Acesso em 23/10/2018.

FURTADO, Janaína Lacerda. **Os Dois Lados da Moeda**: A Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro e o discurso de higiene e saneamento no século XIX. Dissertação apresentada ao Curso de PPG em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3710> Acesso em: 15/12/2018.

FLORÊNCIO, Raquel Cristiane Muniz. **Viver e Morrer sob o Rosário**: rituais e práticas na Irmandade do Rosário dos Pretos da Vila do Recife no século XVIII. Dissertação apresentada ao PPGH-UFRPE, 2011. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4791>> Acesso em 23/10/2018.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Tomo I. Typografia M. F. de Faria. Pernambuco, 1844. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221727>> Acesso em 05/01/2017.

GARCIA, Valéria Eugênia. **O Cotidiano na Separação da Igreja e o Cemitério**. USP: EESC, 2006. Disponível em:

<http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono_valeria_garcia.pdf> Acesso em 21/11/2017.

JOHNSON, Steven. **O Mapa Fantasma**: Como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles. Ed. Jorge Zahar LTDA, 2008. Disponível em:

<[http://leragora.jegueajato.com/Steven%20Johnson/O%20Mapa%20Fantasma%20\(504\)/O%20Mapa%20Fantasma%20%20Steven%20Johnson?chave=1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf](http://leragora.jegueajato.com/Steven%20Johnson/O%20Mapa%20Fantasma%20(504)/O%20Mapa%20Fantasma%20%20Steven%20Johnson?chave=1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf)> Acesso em 22/11/2019.

LAWERS, Michel. **O Nascimento do Cemitério**: Lugares Sagrados e Terra dos Mortos no Ocidente Medieval. Editora Unicamp, 2015.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora da UNICAMP, Campinas-SP: 1990. Disponível em: <https://mega.nz/#F!ckN1CRQI!HmjoDloyHVLRV_w-rl6wNQ> Acesso em 22/11/2017.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma História do Corpo na Idade Média**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro-RJ: 2006. Disponível em: <https://mega.nz/#F!ckN1CRQI!HmjoDloyHVLRV_w-rl6wNQ> Acesso em 23/10/2018.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Ed. Edusc; Bauru-SP: 2005. Disponível em: <https://mega.nz/#F!ckN1CRQI!HmjoDloyHVLRV_w-rl6wNQ> Acesso em 23/10/2018.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**, 2^a. ed. Editorial Estampa, 1995. Disponível em: <https://mega.nz/#F!ckN1CRQI!HmjoDloyHVLRV_w-rl6wNQ> Acesso em 23/10/2018.

LE GOFF, Jacques; Nora, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Livraria Francisco Alves editora. Rio de Janeiro-RJ: 1976. Disponível em: <https://mega.nz/#F!ckN1CRQI!HmjoDloyHVLRV_w-rl6wNQ> Acesso em 02/01/2019.

LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. Livraria Francisco Alves editora; Rio de Janeiro-RJ: 1995. Disponível em: <https://mega.nz/#F!ckN1CRQI!HmjoDloyHVLRV_w-rl6wNQ> Acesso em 02/01/2019.

LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Livraria Francisco Alves; Rio de Janeiro-RJ: 1995. Disponível em: <https://mega.nz/#F!ckN1CRQI!HmjoDloyHVLRV_w-rl6wNQ>. Acesso em 02/01/2019.

LIMA, Tânia Andrade. De Morcegos a caveiras a cruces e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (...). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N.Ser.Vol.2 p. 87-150. Jan/dez. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/529>> Acesso em 15/06/2018.

MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife: Um Estudo de microhistória urbana. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v.50, 1978, p.73. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn001455.pdf>> Acesso em 05/01/2019.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**. Gráfica O Cruzeiro, Volume II; Rio de Janeiro-RJ:1975. Disponível em: <<https://archive.org/details/diariope1840vol1/page/n0>> Acesso em 23/10/2018.

MELLO, Jeronimo Martiniano Figueira de. **Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política Da província de Pernambuco**. Ed. Conselho Estadual de Cultura. Recife, 1979. (reedição da publicação datada de 1852). Disponível em:<http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2000_00120.pdf> acesso em 05/01/2019.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A Arte de Curar nos Tempos da Colônia: limites e espaços da cura**. Ed. Universitária da UFPE 3ª. ed. Recife: 2017. Disponível em:

<<https://www.ufpe.br/documents/39938/950195/Ebook+A+ARTE+DE+CURAR.pdf/79de256e-161d-4fb1-bf4e-e802193f223a>> Acesso em 15/12/2018

MILFONT, Magna. As Canoas Negreiras No Recife Oitocentista: permanências e rupturas na organização do transporte fluvial. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003**. PPGDU- DAU/ UFPE. Disponível em:<<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.414.pdf>> Acesso em 23/10/2018.

MOTTA, Antonio. **À Flor da Pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Ed. Massangana. Recife, 2008.

MOTTA, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros; **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 24, núm. 71, out/2009, pag. 73-93. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo-SP, Brasil. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713661006>> Acesso em 23/10/2018.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia de Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro-RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e informação cultural / Divisão de Editoração, 276 pag. 1997. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101381/lugares_mortos_cidade_vivos.pdf> Acesso em 23/10/2018.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial; Dissertação de Mestrado apresentada ao IFCH- Universidade Estadual de Campinas, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281462/1/Sampaio_Gabriela_dosReis_M.pdf> Acesso em 15/12/2018.

SANTOS, Manuela Arruda dos. **Recife: Entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845**; Dissertação de Mestrado apresentada ao PPG em História Social da Cultura Regional/ UFRPE, 2009. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/4779>> Acesso em 23/10/2018.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. **A Boa Morte e o Bem Morrer**: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 A 1822); Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-6X6PTL>> Acesso em: 15/12/2018.

SETTE, Mário. **Arruar**: História Pitoresca do Recife Antigo. Rio de Janeiro ed. Livraria da Casa do Estudante do Brasil, 1948. Disponível em: <http://www.mariosette.com.br/pdf/MarioSette_Arruar.pdf> Acesso em 23/10/2018.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das Igrejas ao Cemitério: Políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP: [s.n.] 2005. Disponibilizado via e-mail por: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330300>> Acesso em 22/11/2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos** 2.ed. 2ª reimpressão. Ed. Contexto; São Paulo: 2009. Disponível em: <<https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>>. Acesso em 23/10/2018.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais do Recife do século XIX (1830-1850). Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação da UFPE, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7398>> Acesso em 23/10/2018.

SOARES, Carmem Isabel Leal. **A Morte em Heródoto: valores universais e particularismos étnicos**. Edição: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia- Impressão e acabamento: Imprensa de Coimbra, Lda. Distribuição Dinalivro; 2003, 544 pag.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese de doutoramento apresentada ao PPG em História do CFCH-UFPE, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7277>> Acesso em 23/10/2018.

TELLES, Vicente Coelho de Seabra Silva. **M e m ó r i a S o b r e Os Prejuízos Causados Pelas Sepulturas Dos Cadáveres Nos Templos e Methodo De Os Prevenir**. Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego, Lisboa, 1800. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5284/1/019106_COMPLETO.pdf> Acesso em 15/06/2018.

UJVARI, Stefan Cunha. **A História e suas Epidemias: A convivência do homem com os microorganismos**. 2ª edição. Editora Senac; Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <<https://asfiles.com/4fh>> Acesso em 15/12/2018.

VAILATI, Luiz Lima. **A Morte Menina: Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (RJ e SP)**; 1ª. Edição; Editora Alameda; São Paulo: 2010.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo, 1853. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>> Acesso em 23/10/2018.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História: Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. Ed. Ática; São Paulo: 1997.